

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Silvana Maria Gabaldo Xavier**

**VISÕES DE LETRAMENTO DIGITAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA: INCLUSÃO E INSERÇÃO SOCIAL**

**Sorocaba/SP  
2013**

**Silvana Maria Gabaldo Xavier**

**VISÕES DE LETRAMENTO DIGITAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA: INCLUSÃO E INSERÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes

**Sorocaba/SP  
2013**

**Silvana Maria Gabaldo Xavier**

**VISÕES DE LETRAMENTO DIGITAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA: INCLUSÃO E INSERÇÃO SOCIAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre no Programa  
de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes  
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Teresa Mary P. de Castro Melo  
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Eliete Jussara Nogueira  
Universidade de Sorocaba

*Dedicatória*

*Ao meu esposo Edson*

*Ao meu filho Lucas*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, em especial meus pais Dario e Maria, pela minha educação.

Ao prof. Dr. Luiz Fernando Gomes, pela dedicação, paciência e orientação nesta pesquisa e pelo estímulo ao crescimento profissional.

À Profa. Dra. Teresa Mary Pires de Castro Melo, da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, por aceitar compor a banca da qualificação da minha dissertação, pelos comentários e sugestões apresentadas com o objetivo de valorizar o trabalho.

À Profa. Dra. Eliete Jussara Nogueira, por aceitar compor a banca da qualificação da minha dissertação, pela contribuição e consideração.

Ao meu esposo Edson e ao nosso filho Lucas, pela força e compreensão nos momentos difíceis e de ausência.

Aos novos amigos Joseli, Sandra, Edmilson e Bia que conquistei e com quem compartilhei dúvidas, angústias, medo e conhecimento no decorrer do desenvolvimento do trabalho.

À Reitoria da Universidade de Sorocaba, prof. Dr. Fernando de Sá Del Fiol, prof. Dr. José Martins de Oliveira Júnior, prof. Dr. Rogério Augusto Profeta pelo incentivo, compreensão e oportunidade profissional.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta pesquisa, de um objetivo alcançado e um sonho realizado.

Às funcionárias Priscila e Silmara da Biblioteca “Aluísio de Almeida”, ao funcionário Léo do Ensino à Distância, a funcionária e amiga Daniela da Assessoria Acadêmica.

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida por eu estar aqui.

*"Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida. Ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o!"*

Friedrich Wilhelm Nietzsche

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise das propostas dos projetos de extensão universitária, da área de Tecnologia e Produção desenvolvidos na Universidade de Sorocaba no período dos anos 2008 a 2012. Trabalhando como Assistente Administrativo da Pró-Reitoria Acadêmica da Instituição, faço, há muitos anos, o acompanhamento dos procedimentos de execução dos projetos de extensão, desde sua aprovação até o término de cada um. A ideia desta pesquisa surgiu quando comecei a observar que as justificativas, objetivos e metodologias de cada projeto de extensão da área citada pareciam muito vagas e pouco objetivas e, assim, poderiam comprometer o sucesso e o resultado dos projetos. Assim, comecei a refletir sobre a possibilidade, que agora trago para essa pesquisa como hipótese, que as carências e necessidades do público-alvo desses projetos pareciam não ter sido devidamente apuradas pelos proponentes dos projetos, ou então, que o entendimento sobre as relações entre o desenvolvimento de algumas habilidades no uso do computador, o letramento digital e a inclusão social talvez não estivessem claros para os professores proponentes dos projetos, razão pela qual haveria certa vagueza nas propostas. Partindo dessa hipótese desenvolvi a presente pesquisa, onde procuro identificar as visões de letramento e inclusão social subjacentes aos projetos. Por haver um lapso de tempo entre a realização dos projetos e esta pesquisa, optei realizar uma análise discursiva dos projetos, e não realizar um trabalho de pesquisa de campo junto às comunidades a quem os projetos se dirigiam. Assim, trago para discussão os conceitos de comunidade, inclusão digital, inclusão social, letramento e letramento digital. Foram analisadas, portanto, todas as propostas de projetos de extensão desenvolvidos nos últimos 5 anos. Foi possível verificar que as visões de letramento da maioria dos projetos realmente associava diretamente as habilidades no uso do computador com a inclusão social e que esta se confundia, em quase todos os casos, com a simples inserção no mundo do trabalho. Essas concepções além de simplificarem as questões sociais que envolvem as relações entre tecnologia, bem-estar social e trabalho, contrariam o próprio conceito de extensão e a missão da universidade. Ao final, faço algumas reflexões que podem auxiliar numa possível revisão das políticas de extensão na universidade.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Comunidade. Inclusão Digital. Inclusão Social. Letramentos. Letramento Digital.

## ABSTRACT

This paper presents an analysis of the university extension projects proposals developed in the areas of Production and Technology at the University of Sorocaba in the years 2008 to 2012. Working as an Administrative Assistant of the Institution Academic Dean's Office during many years, I have been monitoring the implementation procedures of extension projects from its approval up to the end of each one. The idea of this research came when I started to notice that the justifications, objectives and methodologies of each extension project of the mentioned areas seemed very vague and little objective and thus could compromise the success and results of the projects. Thus, I began to reflect on the possibility, that now I bring to this research hypothesis, that the shortcomings and the needs of the target audience of these projects seemed to have not been properly cleared by the projects proponents, or perhaps that the understanding of the relation between the development of some skills in computer use, digital literacy and social inclusion might not have been clear to the professors that proposed the projects, reason why there was some vagueness in the proposals. From this hypothesis I have developed this research, where I try to identify views of social inclusion and literacy underlied to the projects. Due to a lapse of time between the completion of projects and this research I chose to perform a discursive analysis of the projects, and not to carry out a field research with the communities to whom the projects were for. Thus, I bring to discussion the concepts of community, digital inclusion, social inclusion, literacy and digital literacy. Therefore it has been examined all proposals of extension projects developed in the last five years. It was possible to see that the literacy views of the majority of the projects really associated directly the skills of computer use with social inclusion and that in almost all cases it got confused with the simple insertion into the labor world. These conceptions besides simplifying social issues that involve the relations between technology, social welfare and work, contradict the extension concept and the University Mission. In the end, I make some reflections that may be helpful in a possible revision of the University extension policies.

**Keywords:** University Extension. Community. Digital Inclusion. Social Inclusion. Literacy. Digital Literacy.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de pessoas beneficiadas pelos projetos de extensão .....	29
Quadro 2 - Número de projetos de extensão desenvolvidos na Uniso.....	70
Quadro 3 - Títulos x Tempo execução .....	74
Quadro 4 - Justificativas .....	75
Quadro 5 - Objetivos .....	80
Quadro 6 - Metodologias .....	82

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL</b> .....	<b>14</b>
2.1	Breve histórico da Universidade no Brasil .....	14
2.2	Breve histórico da Universidade de Sorocaba (1951-2012) .....	18
2.3	O conceito de extensão universitária e sua história .....	24
2.4	A extensão universitária no Brasil .....	29
2.5	A extensão universitária na Uniso .....	33
<b>3</b>	<b>CONCEITOS DE COMUNIDADE, INCLUSÃO DIGITAL E LETRAMENTO</b> .....	<b>38</b>
3.1	Comunidade .....	38
3.1.1	Histórico e conceito .....	38
3.2	Inclusão Digital e Inclusão Social .....	42
3.2.1	Histórico e conceito .....	44
3.2.2	Exemplos de Políticas Públicas sobre inclusão digital .....	51
3.3	Letramentos .....	52
3.3.1	Histórico e conceito .....	52
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>59</b>
4.1	A pesquisa documental .....	60
4.2	Contexto da pesquisa .....	63
4.3	Documentos .....	66
4.3.1	Projeto “A” Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação .....	66
4.3.2	Projeto “B” Multiletramentos .....	66
4.3.3	Projeto “C” Universidade do Trabalhador .....	67
4.3.4	Projeto “D” Escola de Computação da Uniso .....	67
4.3.5	Projeto “E” Informática para cooperados da Catares .....	67
4.3.6	Projeto “F” Asas .....	68
4.3.7	Projeto “G” Vozes que Ecoam .....	68
4.3.8	Projeto “H” Fundação C.A.S.A (F.E.B.E.M.) .....	68
4.3.9	Projeto “I” Desenvolvimento de Projetos .....	69
4.4	Procedimentos de desenvolvimento da pesquisa .....	69
4.5	Período .....	71
4.6	Como os dados serão analisados .....	71
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>74</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>89</b>
	<b>ANEXO A – FORMULÁRIO DE PROJETO DE EXTENSÃO</b> .....	<b>93</b>

<b>APÊNDICE A – PROJETO CICLO DE PALESTRAS NA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE B – PROJETO MULTILETRAMENTOS.....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE C – PROJETO UNIVERSIDADE DO TRABALHADOR (UNIT) .....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE D – PROJETO ESCOLA DE COMPUTAÇÃO DA UNISO .....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE E – PROJETO INFORMÁTICA PARA COOPERADOS DA CATARES (COOPERATIVA DE RECICLAGEM).....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE F – PROJETO ASAS.....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE G – PROJETO VOZES QUE ECOAM.....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE H – PROJETO FUNDAÇÃO C.A.S.A. (F.E.B.E.M.).....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICE I – PROJETO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS .....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Após concluir o curso de Magistério em 1992, ingressei no curso de Letras (Português/Inglês) nas Faculdades Integradas Dom Aguirre – Fida. Em seguida comecei a estagiar na Biblioteca “Aluísio de Almeida” localizada no campus Trujillo da mesma faculdade. Trabalhava auxiliando os universitários com as pesquisas que eram feitas em enciclopédias como Barsa, Delta Larousse, entre outras. Alguns anos depois foram instalados alguns computadores na biblioteca. Como eu já tinha feito um curso básico de computação, fui escolhida para ensinar os alunos da universidade a consultarem na internet. Lembro-me muito bem, o horário era agendado e cobrado R\$2,00 (dois) reais por cada hora de navegação.

Com o passar dos anos, a faculdade transformou-se na Universidade de Sorocaba e eu fui fazer o curso de Direito. Em 2002, com a nova reestruturação da Uniso fui convidada para ser a Assistente Administrativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, hoje denominada Pró-Reitoria Acadêmica. Esta articula os programas, projetos, atividades e cursos de extensão da Uniso.

Ao longo desses anos, estive ativamente envolvida com os programas e demais atividades de extensão, orientando os alunos, organizando relatórios internos e externos, mas sempre de forma administrativa.

Quando recebo uma proposta ou um projeto de extensão, seja por iniciativa de um docente, do Colegiado do Curso, ou mesmo, no Programa de Bolsa de Extensão, sempre tenho interesse de verificar o público-alvo, a justificativa e o objetivo e, principalmente em qual área que a proposta será classificada dentro das oito grandes áreas da Rede Nacional de Extensão – RENEX, que a Universidade de Sorocaba, também escolheu para articular a extensão. São as áreas Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Dentro de cada área existem as linhas programáticas que possuem suas particularidades e especificidades.

No caso da minha pesquisa, optei por escolher a área de Tecnologia e Produção, sendo a linha programática Inclusão Digital.

Com o surgimento das novas tecnologias, nasceu um interesse das pessoas, da escola, do governo, das instituições de ensino em oferecer meios que pudessem incluir digitalmente as pessoas para usar e abusar dos novos meios para se

comunicarem por meio dos computadores, da internet e porque não dizer, do aparelho celular.

Como as propostas eram protocoladas na Pró-Reitoria e eu articulava o início de cada uma, e conseqüentemente, ao final da execução do projeto, era apresentado um relatório final, cujo dados, ou seja, o número de pessoas que haviam participado e se beneficiado dos projetos eram publicados no relatório administrativo (disponível no sítio da Uniso), relatório anual da Instituição, bem como em relatórios que são apresentados a órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal.

A minha inquietação surgiu ao verificar que os objetivos, as justificativas e as metodologias dos projetos de extensão, na sua maioria, pareciam ser muito genéricas e propostas, sem uma aproximação prévia das comunidades que pretendiam atender. Assim, proponho, por meio dessa pesquisa, que será realizada com os nove projetos de extensão que foram desenvolvidos no período indicado, identificar e discutir as visões de letramento subjacentes aos projetos desenvolvidos.

Para atingir meus objetivos elaborei as seguintes questões de pesquisa:

- a) Como identificar e avaliar o trabalho extensionista da universidade na área da Tecnologia e Produção, na linha programática Inclusão digital? e
- b) Como identificar as propostas de letramentos nos projetos, de acordo com as necessidades das comunidades participantes?

No **Capítulo Primeiro** falo dos principais fatos históricos que marcaram a história da universidade e da extensão universitária no Brasil e da história e da extensão na Universidade de Sorocaba.

Já no **Capítulo Segundo** discorro sobre os conceitos comunidade, inclusão digital, inclusão social I, citando seus conceitos e entendimentos. Para concluir o capítulo falo sobre os letramentos, em especial do letramento digital, procurando diferenciá-lo do conceito de alfabetização.

No **Capítulo Terceiro** vou descrever os procedimentos metodológicos que utilizei para realizar a presente pesquisa. Nele justifico e abordo alguns conceitos sobre a pesquisa documental e qualitativa e falo sobre a análise de discurso como ferramenta para analisar os projetos.

O **Capítulo Quarto** traz a análise e discussão dos dados selecionados, partindo das observações e da leitura das propostas de projetos de extensão, sob a luz da análise de discurso.

Para concluir, as **Considerações Finais**, faço algumas reflexões sobre o percurso e os resultados, e destaco a importância do presente trabalho para a melhor utilização da extensão universitária e dos conceitos aqui discutidos, propondo uma rediscussão sobre o tema na Universidade de Sorocaba.

## **2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

### **2.1 Breve histórico da Universidade no Brasil**

Embora não seja o tema principal desta pesquisa, é necessário que alguns tópicos sejam esclarecidos, para que possamos entender o processo da elaboração da pesquisa.

A universidade no Brasil tem, historicamente, uma tradição euro-norte-americana, que se destacaram em alguns momentos da política brasileira.

Para alguns autores como Cunha (2003), Fávero (2000) e outros que estudam a história da universidade, o Brasil sofreu claramente a influência dos sistemas universitários clássicos como o alemão, francês e americano.

Cunha (1988, p.15) revela que o ensino superior brasileiro incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica como os da reação alemã à invasão francesa. É possível perceber que nas primeiras décadas do século XX, o ideário francês serviu de inspiração para a educação superior, tendo sua principal característica que a visão de uma universidade era voltada para a profissionalização, principalmente as carreiras liberais.

Em outro momento, a influência alemã, já surge com base nas críticas a essa Universidade, que a partir de 1930 buscava a política de o livre pensar, e a importância do fomento à pesquisa.

Em 1934, um novo marco importante, a criação da Universidade de São Paulo, a USP.

A última influência, a norte-americana, já buscava uma profissionalização voltada para atender à demanda de mercado. Sendo esse modelo o qual tinha mais semelhança à realidade brasileira no momento.

Conforme breve relato acima, podemos verificar que a influência que a história da universidade brasileira sofreu foi importante para uma maior amplitude nas bases que orientaram os modelos de universidade no século passado.

Com base nas leituras realizadas sobre o assunto, podemos identificar que a história da criação de universidade no Brasil, encontra no início um pouco de resistência, de um lado, de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, do outro, de brasileiros, que não entendiam o motivo para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, pois a elite optarem estudar na Europa.

Ao longo dos anos, talvez, por mais um século, inúmeras foram as tentativas de criação de universidade no Brasil. As tentativas, ainda, se estenderam no período colonial e monárquico, mas de forma frustrada.

Mesmo quando o Brasil foi sede da Monarquia algumas escolas superiores começaram a funcionar, mas os cursos tinham caráter profissionalizante.

Cunha (1980, p.62) cita que a partir de 1808, são criados cursos e academias destinados a forma, sobretudo, profissionais para o estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez secundário, profissionais de nível médio.

Em 1808 com a chegada da Família Real para o Brasil, foi criado o curso Médico de Cirurgia na Bahia e no Hospital Militar do Rio de Janeiro, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica.

As tentativas seguiram pelo período do Império e com a Proclamação da República, enfim, em 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o presidente Epitácio Pessoa, declarou a Universidade do Rio de Janeiro oficialmente a primeira universidade foi criada, sob críticas e restrições, mas é importante ressaltar que a Universidade do Rio de Janeiro, dentro da história da Educação Superior Brasileira, foi a primeira criada pelo Governo Federal.

Em 1927, segundo o mesmo modelo da universidade do Rio de Janeiro, foi criada pelo governo estadual a universidade de Minas Gerais.

No ano de 1930, um grande passo foi dado, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que desenvolvia atividades pertinentes e várias ministério como saúde, esporte, educação e meio ambiente.

Em 1932, um grupo de intelectuais preocupado em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira, que ressaltou na inauguração da universidade Distrito Federal.

Teixeira, (1998) relata que

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente conservar a experiência humana livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos de profissionais de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, as escolas muito mais singelas do que as universidades. (TEIXEIRA, 1998, p. 35).



Em 1937, foi criada a Universidade do Brasil, que na verdade foi uma reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, tornando-se modelo há outras instituições de ensino já existentes na capital federal.

Podemos afirmar que a institucionalização da universidade no Brasil foi aproximadamente de 1920 a 1940, e vários foram os obstáculos superados e também algumas conquistas como o estatuto da Universidade Brasileira Reformas e Conferências em entidades como a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Nas décadas de 50 e 60, o Ensino Superior no Brasil novamente enfrentou obstáculos com a constituição de duas situações.

De um lado o ensino superior tornou-se popular. Como explica Cunha (1983), “o número de universidades existentes no país cresceu de cinco, em 1964, para 37 em 1964. Nesse período as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564.”

Embora tenha ocorrido a multiplicação do número de universidades, ainda predominava a formação profissional com ausência de preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento.

Cunha (1983 apud Mendonça, 2000, p. 142) também explica que,

essa expansão como uma resposta ao aumento da demanda ocasionado pelo deslocamento dos canais de ascensão social das camadas médias e pela própria ampliação do ensino médio público, bem como pelo alargamento do ingresso na universidade decorrente do processo de equivalência dos cursos técnicos ao curso secundário, que se iniciou nos anos 50 e culminou com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Esse aumento da demanda estaria na origem do problema dos excedentes, posteriormente invocado como móvel imediato da Reforma Universitária de 1968.

Do outro lado, o modelo que ainda era seguido para o ensino superior começava a ser posto em discussão, pois as propostas de modernização desse nível de ensino, visando à necessidade do desenvolvimento econômico e social do país, principalmente pela industrialização e crescimento econômico.

Nessa época começa a tramitar o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com enfoque na escola pública e privada.

No ano de 1961, a Universidade de Brasília foi criada, sendo considerada a mais moderna do Brasil na época, podendo verificar um novo momento na história das universidades brasileiras, pois apresentava finalidades e organização institucional totalmente reformulado.

Em 1966, outro passo importante, foi a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Surgiu num momento de mudança institucional e compõe um cenário de modernização e desenvolvimento pelo qual o país passava. Em consequência do intenso processo de industrialização durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil passava por um aprofundamento da urbanização. O crescimento das cidades oferece os ingredientes para uma nova configuração do cenário político, cenário esse que o Conselho passa a tomar parte.

A implantação da Reforma Universitária de 1968 foi um marco muito importante para história. Além de produzir efeitos inovadores, abriu condições para o surgimento de um ensino privado, que por meio de instituições isoladas que buscavam apenas o ensino profissionalizante.

Altbach (2005) e Marginson (2007) (apud Martins, 2009, p. 17) também explica que,

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais.

No período de 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período. Já no final da década de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades acelerou, tanto que no período de 1985 e 1996, o número de universidades particulares passou de 20 a 64 instituições, que além do aumento do espaço físico passaram a oferecer cursos em diversas áreas.

De 1990 a 2002, a demanda por educação superior, expressa através do número de inscrições no vestibular, cresceu aproximadamente em 160% e a oferta de vagas aumentou para 252%.

Barrevro (2008) e Corbucci (2004), (apud Martins, 2009, p. 26) relata que,

Devido à retração das vagas na rede federal, a absorção dessa demanda foi realizada em larga medida pelas instituições privadas. A expansão da oferta contribuiu para a redução do número de candidatos por vagas, de 3,8 para 2,8 nesse período. No entanto, o ensino público continuou sendo o

mais procurado, registrando inclusive um aumento de 5,7 candidatos em 1990 para 8,9 em 2004, ao passo que o ensino privado acusou, no mesmo período, uma redução de 2,9 para 1,6 candidatos. Não obstante o expressivo crescimento das matrículas nos cursos de graduação nas últimas décadas existem indícios de que a política de expansão através da via privada começa a dar claros sinais de exaustão: em 2004, 49% das vagas do setor privado estavam sem ocupação e houve também um aumento significativo do número de estudantes inadimplentes.

Diante do breve histórico traçado universidade no Brasil, podemos verificar que nos últimos quarenta anos, o ensino superior brasileiro se estruturou como um campo acadêmico complexo, heterogêneo, no qual as instituições passaram a ocupar posições dominantes e/ou dominadas em função dos critérios específicos que definem o prestígio e o reconhecimento dos estabelecimentos.

## **2.2 Breve histórico da Universidade de Sorocaba (1951-2012)**

Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional da Uniso – PDI 2010-2014, a origem da Uniso foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, criada como Faculdade Municipal, em 1951, mas começou a funcionar quando o Bispado de Sorocaba aceitou administrá-la, em 1954, com os dois primeiros cursos: Pedagogia e Letras Neolatinas. No ano seguinte, três novos cursos: Filosofia, Geografia e História funcionando em tempo integral.

No período de 1958 a 1968, em virtude de um convênio firmado com a Secretaria da Educação do Estado, o ensino foi gratuito. Em 1967, começou o curso de Administração de Empresas e, em 1968, o de Matemática. Com a reforma do ensino e a “época Passarinho” na Educação, foi necessário criar, em 1970, cursos de Técnicas Comerciais, Artes Industriais e Estudos Sociais, e construíram-se novos prédios. Foram cursos circunstanciais, que se esvaziaram e se inviabilizaram no breve espaço de quatro ou cinco anos. Nas décadas de 60 e 70, também surgiram as primeiras atividades extensionistas, com cursos de extensão nas áreas de Letras, Ciências Sociais e Educação.

Na Pós-Graduação, os primeiros cursos de Especialização surgiram a partir de 1973, ganhando grande incremento a partir da década de 80, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Linguística, Letras e Artes, etc. Em 1975, foi criado o curso Ciências Contábeis e, em 1988, Ciências Econômicas.

De 1988 a 1994, desenvolveu-se o projeto de criação da Universidade (Projeto Uniso). Dentro desse processo, constituíram-se, em 1992, as Faculdades

Integradas Dom Aguirre (Fida) e, em 1994, pela Portaria nº 1.364, de 13 de setembro de 1994, publicada no Diário Oficial em 15 de setembro de 1994, chegou-se à criação da Uniso. Nesse ano, foram criados os primeiros núcleos de estudos dedicados à pesquisa e à extensão, como o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica - NDPH, o Núcleo de Estudos Ambientais – NEAS, o Núcleo de Estudos Tropicais – NET, o Núcleo de Educação em Saúde – NESAU e o Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – NUCAB. Já havia atividades voltadas à Terceira Idade e às apresentações do grupo de Teatro Katharsis. Em 1995, começaram a funcionar os cursos de Análise de Sistemas, Direito e Comunicação Social - habilitações: Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

Em 1996, começou a funcionar o curso de Administração em Comércio Exterior. Nesse ano, também se iniciaram os primeiros trabalhos de alfabetização, com a implantação de quatro núcleos no assentamento do Movimento dos Sem Terra, e novos núcleos de estudo foram criados: Núcleo de Estudos Empresariais – NEEUS, Núcleo de Estudos da Comunicação – NEC, Núcleo de Esportes, Lazer e Recreação – NERUS e Núcleo de Estudos em Matemática – NEM. Houve, ainda, a adesão da Uniso à Rede Interuniversitária do Trabalho – Unitrabalho, sendo, inclusive, a nossa Universidade uma de suas instituidoras. Em agosto de 1996, teve início o primeiro Mestrado da Uniso, na área da Educação.

Em 1997, o curso de Letras passou a ter também a habilitação em Português/Espanhol. Em 1998, Hotelaria, Turismo, Terapia Ocupacional e Farmácia, com as habilitações: Farmacêutico-Bioquímico, modalidade Análises Clínicas e Farmacêutico Industrial começaram a funcionar, bem como houve a reformulação do curso de Matemática. Nesse ano, também começou a ser desenvolvido o Programa de Iniciação Científica da Universidade, foi instalado o Núcleo da Maturidade – NEMA (atual programa Universidade da Terceira Idade) e iniciados os Corais da Terceira Idade e Universitário, bem como foi implementado o Projeto de Educação de Jovens e Adultos “Sorocaba 100 Analfabetos”, que se tornou um programa de âmbito regional, que atualmente é intitulado Programa de Jovens e Adultos – Proeja.

Grande momento da Universidade, em 1999, foi a inauguração, em 30 de julho, da Cidade Universitária, onde passaram a funcionar os seguintes cursos de graduação: Administração de Empresas, Administração em Comércio Exterior, Análise de Sistemas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e

Terapia Ocupacional. Neste ano, a Universidade também cria, por meio de seu curso de Direito, o Serviço de Assistência Jurídica (SAJU).

Em julho de 2000, foram inaugurados os laboratórios da área da Saúde e, em setembro, os de Hotelaria e Turismo. Nesse ano, também foi inaugurado o Núcleo de Terapia Ocupacional.

Em 2001, começaram a funcionar os cursos de Sistemas de Informação e Nutrição e as primeiras atividades em Educação a Distância na Universidade. Em 2002, tiveram início os cursos de Ciência da Computação e Administração: habilitação em Administração de Negócios e foram inaugurados o Laboratório de Nutrição e a Farmácia Comunitária, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, câmpus Sorocaba. Outro fato importante desse ano refere-se à extinção de alguns núcleos de estudo, sendo que as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por eles ficaram institucionalizadas nos cursos de graduação, permanecendo (com a nomenclatura de núcleo) apenas o NUCAB, o NERUS e o NEAS, por serem de reconhecida inserção local e regional. Ainda, foi recomendado pela Capes o nosso Mestrado em Educação, na área de concentração Educação Escolar, com as linhas de pesquisa: “Construção do Conhecimento nas Relações Escolares” e “Instituição Escolar: Políticas e Práticas”, tornando-se a Uniso a única Universidade da região a oferecer curso de Pós-Graduação Stricto Sensu.

No ano de 2003, teve início o funcionamento de três novas licenciaturas: Letras: habilitação em Português e Literaturas da Língua Portuguesa, Letras: habilitação em Inglês e Literatura da Língua Inglesa e Pedagogia, com duas habilitações distintas: Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Docência na Educação Infantil. Os Cursos Superiores de Tecnologia também se iniciaram nesse ano, com Gestão de Negócios Imobiliários, Gestão Financeira e Bancária e Gestão Ambiental.

Em 2004, começaram a funcionar os cursos de Comunicação Social: habilitação em Relações Públicas, Física, Pedagogia: habilitação em Administração Educacional e Teatro: habilitação em Arte-Educação. Nesse ano, também foi inaugurada a nova Biblioteca Central, na Cidade Universitária, e iniciadas ações para criação de um novo núcleo cultural, com a parceria da Uniso e o Centro Musical Sorocabano – CMS, e iniciado o Programa de Bolsas de Extensão que tinha como objetivos, intensificar a prática da Extensão na Universidade, com a participação

ativa de alunos da graduação, contribuindo para sua formação e intensificando as relações entre a universidade e a Comunidade.

Ao lado de diversos projetos e programas de ação comunitária, como o Programa Escola da Família (em parceria com a Secretaria Estadual da Educação) e a parceria com a F.E.B.E.M. (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), no oferecimento de oficinas profissionalizantes para jovens internos, a Uniso voltou-se fortemente para a oferta de cursos de extensão, destacando-se a capacitação de professores da Rede Estadual de Ensino com o Programa Teia do Saber e de funcionários de várias empresas.

Já em 2005, deu-se início ao curso de Química, aos Cursos Superiores de Tecnologia em Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Logística, e a inauguração da Livraria Acadêmica e dos novos Laboratórios de Comunicação Social. Também houve, nesse ano, a implementação de novos projetos extensionistas, como as parcerias com o Instituto Rede Arte na Escola, o Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros (monitoria de educação ambiental), a Fundação de Amparo ao Preso - Funap, o Hospital Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil - GPACI, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – MDS/PNUD (que habilitaram a Uniso como Universidade parceira no Programa Inclusão Produtiva de Jovens), e a Ordem dos Advogados do Brasil (Projeto Direito e Denúncia).

Em 2006, começaram a funcionar os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Marketing de Varejo, Gestão de Produção Industrial, Gestão Financeira, Design Gráfico e o bacharelado em Biotecnologia. Também, foi recomendado pela Capes o reconhecimento do Programa de Mestrado em Comunicação e Cultura, na área de concentração em Mídias e com as Linhas de Pesquisa: “Comunicação Midiática” e “Produção Cultural Midiática”.

Em 2007, os cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental, Gestão da Produção Industrial, Logística e Marketing revisaram suas denominações e seus Projetos Político-Pedagógicos em razão da necessidade de adequarem-se ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia definido pelo MEC. Respeitando às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração e em Pedagogia, extinguiram-se as habilitações existentes nesses dois cursos. No mesmo ano, Comércio Exterior, antiga habilitação do Curso de Administração, passa a ser oferecida como bacharelado. Também, foi recomendado

pela Capes o reconhecimento do terceiro mestrado da Instituição, em Ciências Farmacêuticas, e os programas de Mestrado em Educação e em Comunicação e Cultura receberam, respectivamente, conceitos 4 e 3 na avaliação trienal daquela Coordenação.

No ano de 2008, deu-se início ao funcionamento dos primeiros cursos de Engenharia da Universidade, em Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental, além do funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Equinocultura. Também foi recomendado, pela Capes, o primeiro doutorado da Universidade, em Educação.

Já em 2009, a Universidade iniciou o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Design de Interiores, Design do Produto e Gestão da Qualidade, além do bacharelado em Design.

Em 2010, a Uniso iniciou um novo período de gestão, com a posse de uma nova Reitoria. Nesse sentido, houve a integração das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão e Assuntos Comunitários em uma nova Pró-Reitoria, a Acadêmica. Também houve a concentração da maior parte das atividades institucionais na Cidade Universitária e no Câmpus Trujillo, ficando o Câmpus Seminário apenas com atividades de extensão e de atendimento à comunidade externa. Nesse ano, também iniciaram suas atividades os seguintes cursos de graduação: Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Dança, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Estética e Cosmética, Fisioterapia, Gestão Comercial, Música, Processos Gerenciais.

Em 2011, o Conselho Universitário aprovou a criação do curso de Psicologia, modalidade bacharelado, que terá seu funcionamento iniciado após autorização do Ministério da Educação. Nesse ano, o Ministério da Educação também autorizou o funcionamento do curso de Direito, no câmpus Tietê.

Nesse ano, foi inaugurado o Bloco E da Cidade Universitária, com 14 (quatorze) salas de aula. Ainda, na Cidade Universitária, foram inaugurados o Laboratório de Eletricidade, no Bloco E, e os laboratórios de Materiais e de Materiais de Construção, no Prédio da Biblioteca, bem como o Laboratório de Fisioterapia e Enfermagem, no Bloco D.

No ano de 2012, iniciam-se as atividades do primeiro curso de Medicina Veterinária da região.

É importante dizer que dentro da organização do ensino Superior Nacional, a Uniso está concebida como uma Universidade Não Estatal, pois não foi criada por iniciativa do Poder Público, nem por ele é mantida; Não Estritamente Particular, isto é, no conjunto amplo e heterogêneo das Universidades Particulares do País, muitas pertencem a uma família, a uma Igreja, a um grupo econômico ou até mesmo a uma única pessoa. Criada e mantida por uma Fundação Educacional, a Uniso não é nem pode ser particular, porque não é nem pode ser subordinada a interesses privados, por mais nobres que eles possam ser; é Comunitária, pois é propriedade da comunidade e não do Estado nem de particulares. Por isso, para geri-la, além de o Conselho Superior de sua Entidade Mantenedora serem integrado por nove membros categorizados da comunidade, a Uniso conta com Colegiados internos formados por dirigentes, professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a saber, Conselho Universitário - CONSU, Conselhos e Colegiados de Cursos. Sendo da comunidade, a Uniso existe para servi-la com eficiência, sem assistencialismo educacional, por meio de um gerenciamento rigoroso e sempre atualizado, sem possuir fins lucrativos.

Em se falando da história, não podemos deixar de citar o significado do logotipo da Uniso.



Como explica Vannucchi:

Esse símbolo de identificação da Uniso contém três elementos: as letras U e S e uma esfera.

A letra U – de Universidade – é azul, cor que cria a sensação de profundidade, transcendência e idealismo.

A letra S – de Sorocaba – representa uma estrada, sugerindo o caminho trilhado pelos Tropeiros – página marcante da história sorocabana – a ser percorrida, agora, por uma Universidade que se pretende regional.

A esfera amarela representa a universidade do conhecimento, traço essencial de toda Universidade, representa também o sol da verdade divina, que deve iluminar a vida intelectual; representa ainda o caráter comunitário da Uniso, que engloba os diferentes segmentos da comunidade interna e a própria sociedade externa. (VANNUCCHI, 2012, p. 56).



É fundamental saber e vivenciar aquilo que é o fulcro e o propósito básico da Uniso, ou seja, a sua Missão:

"Ser uma Universidade Comunitária que, por meio da integração do ensino, da pesquisa e da extensão, produza conhecimentos e forme profissionais, em Sorocaba e Região, para serem agentes de mudanças sociais, à luz de princípios cristãos". (De acordo com os documentos oficiais da Uniso).

Ao longo de sua história até os dias atuais, a Uniso já formou aproximadamente 38 mil alunos.

Em 2012 ofereceu 53 cursos, divididos nas modalidades de cursos de graduação em bacharelado, licenciatura e tecnológicos. Também oferece cursos de Especialização – *Lato Sensu* e Mestrado em Comunicação e Cultura, Mestrado e Doutorado em Educação e Mestrado em Ciências Farmacêuticas.

A entidade mantenedora da Universidade de Sorocaba é a Fundação Dom Aguirre, que também mantém o Colégio Dom Aguirre.

A Fundação Dom Aguirre tem um Conselho Superior Integrado pelo Arcebispo de Sorocaba (seu presidente), pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara e cinco outras personalidades.

### **2.3 O conceito de extensão universitária e sua história**

O conceito de extensão universitária ao longo da sua história nas universidades brasileiras passou por várias definições como: cursos, serviços, assistencial, função social redentora da universidade, via de mão dupla, voluntarismo, entre outras.

O educador brasileiro Freire (1997) conceituou a extensão universitária com as seguintes palavras:

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações. (FREIRE, 1997, p. 36).

Considerando a extensão uma via de mão dupla, considera-se que haverá uma troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular no momento em que docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Já nas palavras de Vannucchi (2009):

O que admira, porém, é que se vai de um extremo a outro no debate sobre o conceito de extensão. Para uns, ela representa a própria razão de ser da universidade para outros, sua natureza e importância se justificaram, apenas, por determinadas circunstâncias de espaço e tempo. (VANNUCCHI, 2009, p. 59).

Vários são os autores que relatam o processo histórico conceitual da extensão universitária. Que podemos apresentar em quatro movimentos, sendo o primeiro a transmissão vertical do conhecimento.

Podemos encontrar indícios que os primeiros movimentos de extensão universitária, aconteceram nas primeiras escolas gregas, que permitiam ao público, participar de aulas abertas.

Para Rocha (2001), relata que a “extensão universitária originou-se nas universidades europeias medievais.” Tanto num como no outro momento, infelizmente, é possível identificar uma prática pedagógica verticalizada, ou seja, a transmissão do conhecimento era feita de forma autoritária, da universidade para a sociedade.

Segundo Freire (1997), o “momento inicial da extensão foi marcado por uma ação autoritária da universidade, que desconhecia e desconsiderava o saber popular e a cultura, e apresentava-se como detentora de saber absoluto.” Assim o conceito era transmitido e não construído.

Para Freire (1997), “todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa” o negam como um ser de transformação do mundo” (1997, p.22).

Ainda Freire (1997),

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar, a saber, mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1997, p. 25).

Segundo Freire (1987), não pode existir um ator sujeito e o outro objeto. Deve existir uma relação onde os dois sujeitos são atuantes.

Em um segundo momento, com a busca de romper a prática da extensão de forma verticalizada, surge o voluntarismo. Nesse momento, surgem as experiências com a Igreja, principalmente, com os jesuítas na idade média, enfocando a ação filantrópica e o atendimento aos pobres.

Em seguida, em 1918, o Movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, lutou por um conceito de extensão universitária mais comprometida com as mudanças sociais, tal ação teria o envolvimento de docentes e discentes.

O movimento de Córdoba foi um grande marco na história da extensão universitária, pois os discentes assumiram o poder e tinham como meta que a universidade fosse integrada à população juntamente com a nação.

Rocha (2001) relata,

A ação dos estudantes, a partir de Córdoba, colocará a extensão Universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latinoamericanas...

A Extensão Universitária vivenciada em forma de Universidades Populares passará a ser vista pelos militantes dos movimentos universitários como uma obrigação...

Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades que estudavam. (ROCHA e NOGUEIRA, 2001, p. 19).

A partir desse momento a extensão universitária passa a caminhar para a transformação da sociedade e a sua própria.

Diferentemente da pedagogia verticalizada e de forma autoritária, podemos encontrar no movimento de ação voluntária, a grande conquista foi a abertura ao diálogo com a comunidade.

Como afirma Freire (2007)

o homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo. (FREIRE, 1997, p. 58).

No terceiro momento, do processo histórico da extensão universitária, podemos citar a ação sócio-comunitária institucional. Mais precisamente na década de 30, com o início da reforma universitária, é elaborado o decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que regulamentou o Estatuto das Universidades Brasileiras, definiu a extensão pelos seus objetivos:

**Art. 35 - f)** cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.

**Art. 42.** A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

**Art. 109.** A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas. (ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 1931).

Conforme dispõe os objetivos acima, podemos afirmar que a institucionalização da extensão foi definida como uma via de mão única, pois o conhecimento partia da universidade, que detinha o saber e era estendido para uma comunidade considerada leiga no assunto.

Mas, essa ação não durou muito, pois com o movimento das universidades populares e o movimento estudantil, ao contrário do que estabelecia os objetivos do referido decreto, passou a levar os universitários até a comunidade para a troca de experiências.

Na época da ditadura militar no Brasil, os universitários começaram a atuar em programas de assistência comunitária, e tal ação era desvinculada das instituições de ensino superior, essa ação caracterizou o movimento ação-comunitária institucional.

Um projeto muito conhecido e importante na história da extensão foi o Projeto Rondon, que foi criado em 1966, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, embora criado por esta, o objetivo principal do projeto era o foco da manutenção e segurança nacional. Atualmente O Projeto Rondon, é coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o

desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

Com as ações que foram realizadas com o projeto o movimento retrocedeu a uma prática de extensão universitária meramente assistencialista, pois o projeto promovia atividades de extensão conduzindo os universitários voluntários para as comunidades carentes e isoladas do interior do país e não estabeleciam vínculos com as comunidades escolhidas.

Rocha e Nogueira (2001) diz,

Criticam-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição Universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, entre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era quase sempre, problemático, pois, ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores. (ROCHA e NOGUEIRA, 2001, p. 61).

O quarto momento do movimento histórico conceitual da extensão universitária caracterizou-se pelo acadêmico institucional.

O educador Paulo Freire, teve uma atuação muito importante, com suas ideias e práticas, que serviam de base para fundamentar os conceitos e práticas da extensão universitária. Surge então a questão da indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos. O conceito de extensão universitária é visto como produção de conhecimento.

Em 1987, com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), o conceito e a prática da extensão passam por organização pelo próprio grupo.

Momento em que a extensão é definida como um processo educativo e científico, a extensão é inserida no campo acadêmico. Pois ao praticar extensão o conhecimento é produzido, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

No ano de 1999, um grande passo foi dado novamente na história da extensão, foi instituído O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária, ForExt, que é entidade representativa das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias para assuntos de Extensão e Ação Comunitária.

A Universidade de Sorocaba é filiada ao Fórum, inclusive já esteve à frente da Presidência Nacional no período de 2003 a 2006, representada pelo Pró-Reitor de

Extensão e Assuntos Comunitários. Com certeza, foi o momento que a extensão universitária alavancou de forma significativa na instituição.

Podemos dizer que a extensão universitária na Uniso representa um número significativo e expressivo na comunidade local e regional. No quadro abaixo podemos verificar o número aproximado de atendimentos realizados pelos programas, projetos atividades e cursos de extensão organizados nas oito grandes áreas da Rede Nacional de Extensão, no período de 2008 a 2012.

**Quadro 1 - Número de pessoas beneficiadas pelos projetos de extensão**

Área	Ano					Total
	2008	2009	2010	2011	2012	
Comunicação	3.717	4.640	2.300	26.220	35.220	<b>72.097</b>
Cultura	28.679	34.866	17.330	16.379	14.894	<b>112.148</b>
Direitos Humanos e Justiça	901	1.658	1.658	4.571	3.543	<b>12.331</b>
Educação	8.390	14.520	12.316	18.392	3.855	<b>57.473</b>
Meio Ambiente	34.211	43.763	27.683	27.211	52.072	<b>184.940</b>
Saúde	96.081	90.804	56.860	57.528	36.729	<b>338.002</b>
Tecnologia e Produção	944	871	15	45	29	<b>1.904</b>
Trabalho	7.197	7.994	9.546	1.037	1.733	<b>27.507</b>
<b>Total</b>	<b>180.120</b>	<b>199.116</b>	<b>127.708</b>	<b>151.383</b>	<b>148.075</b>	

Fonte: Relatório Anual da Pró-Reitoria

## 2.4 A extensão universitária no Brasil

A história da Extensão Universitária está ligada à origem das Universidades europeias, caracterizando-se por ações na área da saúde à comunidade carente.

No Brasil, a extensão foi legalmente conhecida pelo Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, embora alguns autores considerem que experiências de extensão ocorreram em nosso país a partir de 1911, quando em 1912, na Universidade Livre de São Paulo, por meio de palestras abertas ao público, ações que objetivavam a transmissão de informações à comunidade externa.

Após ser oficializada pelo referido decreto, durante o governo Provisório de Getúlio Vargas, com a chegada ao poder dos representantes dos escolanovistas. O

então ministro Francisco Campo lançou o Estatuto da Universidade Brasileira e nele aparecem as primeiras referências às ações extensionistas indicando a aproximação entre o ensino superior e a comunidade.

Nesse momento a extensão universitária passa a ser vista como difusão de conhecimento no formato de cursos oferecidos pela universidade à comunidade, que passaria a ser beneficiada com as atividades propostas pela universidade.

Na Lei de Diretrizes e Base, da 4.024/61 o artigo 69, considera a extensão como oferta, pela instituição, de qualquer curso que atendesse à comunidade, inclusive os de especialização ou aperfeiçoamento.

No decorrer do governo já citado, docentes e discentes de algumas Instituições de Ensino Superior realizaram algumas experiências de educação de base de segmentos religiosos e implantaram uma extensão que difundiu o conhecimento, atrações de ações objetivando a transformação social.

A União Nacional dos Estudantes – UNE também contribuiu para a divulgação da extensão, organizando seminários em algumas regiões do país, pleiteando o compromisso das IES com as necessidades das classes populares urbanas e rurais, que a extensão não fosse praticada com o oferecimento de cursos e sim como oferta de serviço social e apoio do governo para a realização de ações sociais.

Quando os militares assumiram o governo após o golpe de 1964 a extensão foi tratada de forma assistencialista, aliando-a ao projeto e necessidade. A proposta do momento era diferente da proposta original, pois os estudantes foram direcionados para trabalhos eventuais de assistência à população carente de algumas regiões do Brasil, como por exemplo, o Projeto Rondon, que teve suas atividades iniciadas em 1968 pelo Ministério do Interior e Forças Armadas.

Ainda em 1968, a nova Lei de Diretrizes e Bases nº 5.540/65 foi publicado e alterou a concepção de extensão, declarando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, visando a melhorar as condições da vida social.

Em 1975, o Ministério da Educação – MEC elaborou a Política de Extensão, propondo a troca de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade, por meio de sua prática.

O primeiro movimento de organização da extensão surgiu no Brasil no final da década de 1980 com criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, cuja grande contribuição foi a organização

conceitual da extensão, afastando-a, definitivamente, de qualquer conotação assistencialista.

Desde então, até os dias de hoje, houve muitos avanços e um conceito foi definido, no Plano Nacional de Extensão Universitária:

processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p.1).

No final da década de 1980, foi agregado a este cenário o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias, congregando instituições particulares com características e especificidades próprias que englobam o universo comunitário, confessional e filantrópico.

A realização de vários encontros, fóruns e seminários nacionais e regionais, resultaram na elaboração do Plano Nacional da Extensão Universitária que organizou em oito áreas temáticas como: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Em meio às discussões sobre o papel da extensão na Universidade, em 05 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que em seu artigo 207 dispõe:

**Art. 207.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2006, p. 88).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é enfática ao afirmar, no art. 46, inciso 7, que uma das finalidades da educação superior é:

Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 1996).



Para a secretaria da Educação da Superior do Ministério da Educação (Sensu/MEC), a extensão universitária é compreendida sob três aspectos:

Processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade;

Via de mão dupla, com livre trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade da prática de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, professores e estudantes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, fará ampliar e elevar o nível do conhecimento anterior;

Interação de universidade com a sociedade, com as comunidades externas em suas mais diferentes formas de organização, que estabelece uma troca de saberes acadêmico e popular, possibilitando a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade nacional, a democratização do Conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (BRASIL, 2006c).

Com base na visão da Sensu/Mec, podemos destacar as principais características da extensão universitária:

Articula o ensino e a pesquisa, estabelecendo as pontes com a sociedade;  
Viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade;  
Estabelece a troca de saberes acadêmico e popular;  
Possibilita a construção e o aprimoramento do conhecimento acadêmico;  
Democratiza o conhecimento produzido na universidade;  
Abre espaço para uma participação da comunidade na universidade de forma mais efetiva.

Atualmente, a universidade, seja ela, pública, comunitária, confessional ou particular, vivenciam diversos desafios e obstáculos, colocados pelo Estado e também pela sociedade que questionam a sua hegemonia na produção do conhecimento. Não podendo ser confundida com uma organização Governamental ou como Sindicatos, com o Estado ou com que outro tipo de organização social. Pois a extensão que estamos tratando, só tem sentido no interior da própria identidade da Universidade. Não podendo ser confundida com o assistencialismo.

Ao longo da história das universidades brasileiras, passou por várias diretrizes conceituais como: cursos, serviços, assistencialismo, via de mão dupla entre universidade e sociedade, entre outros. Tais conceitos apresentam-se numa transitoriedade no interior de sua própria história e de seu projeto pedagógico.

Pensar a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, respeitando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um processo complexo. Sendo que esta última apresenta uma diversidade

conceitual e prática que interfere de forma expressiva no “pensar” e no “fazer” no cotidiano da universidade.

A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada. (CHAUI, 2001, p. 35).

A extensão universitária é compreendida de várias formas de atividades como, programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, assistencialismo, sendo este último pelo fato da instituição de ensino superior estar imersa em um contexto de realidades políticas, econômicas, sociais e culturais, que leva à constante busca do conceito e a sua prática tornaram-se assunto polêmico, pois se ligam aos diferentes interesses que propõem a aproximação entre universidade e comunidade.

No processo de integração da universidade e comunidade a extensão está relacionada com a vinculação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, assim a universidade contribui para o aprofundamento da cidadania ao mesmo tempo, universidade e a sociedade são transformadas.

O papel da extensão é estabelecer o diálogo entre diversos modos do conhecimento, entre a comunidade acadêmica e social, e entre as necessidades e possibilidades de solução de solução dos problemas sociais.

Mesmo assim, iremos discutir algumas tentativas de conceituação da Extensão Universitária.

Para contemplar esse assunto, primeiramente será abordado o conceito de extensão universitária e sua contextualização, desde o surgimento histórico, a conquista do seu espaço nacionalmente e principalmente o local, verificando a sua prática e importância que ganhou na Universidade de Sorocaba.

## **2.5 A extensão universitária na Uniso**

Na Universidade de Sorocaba as primeiras atividades de extensão aconteceram na década de 60 e 70, quando cursos de extensão foram ministrados pelo curso de Letras, Ciências Sociais e Educação e inúmeros eventos e semanas de cursos de graduação foram realizados à época da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A extensão universitária a partir do ano de 1984 ganhou espaço na Uniso por meio de cursos de extensão oferecidos na área de Administração de Empresas, Economia e Licenciaturas a saber: Matemática Financeira, Fundamentos de Marketing, Mercado de Capitais, Análise dos Demonstrativos Financeiros, Metodologia da Pesquisa, Análise de Custos, Didática do Ensino Superior e outros.

Em 1994, com a instalação da Universidade de Sorocaba, a extensão começou a tomar nova forma e as primeiras propostas, articuladas ao ensino e à pesquisa, tiveram seu início. Neste mesmo ano, foram criados os primeiros Núcleos de Estudos dedicados à pesquisa e à extensão, como o NDPH – Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica, o NEAS – Núcleo de Estudos Ambientais, o NESAU – Núcleo de Educação em Saúde e o NUCAB – Núcleo de Cultura Afro-Brasileira.

Em 1996, foi editada a Resolução CONSEPE nº 01 que fixou as Normas para as Atividades de Extensão e, no dia 1º de março, foi criada a Coordenadoria de Extensão tendo como responsável um docente da instituição e novos núcleos foram criados, como o NEEUS – Núcleo de Estudos Empresariais, NEC – Núcleo de Estudos da Comunicação, o NERUS – Núcleo de Esportes Lazer e Recreação e o NEM – Núcleo de Estudos em Matemática.

Já em 1998 foi instalado o NEMA – Núcleo da Maturidade, que desde 2002 é chamado de Universidade da Terceira Idade, que oferece anualmente aproximadamente 25 cursos de extensão de idiomas, informática, saúde e entre outros, bem como implementado o Projeto de Educação de Jovens e Adultos “Sorocaba 100 Analfabetos”, que desde 2006 é denominado Programa de Educação de Jovens e Adultos da Uniso que é desenvolvidos por meio de parcerias com a cidade de Sorocaba e da região como Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Iperó, Quadras e outras.

Também em 1998 com a reestruturação dos setores administrativos, um grande passo foi dado, criando-se, a PROC - Pró-Reitoria Comunitária, sendo nomeado um docente da instituição como Pró-Reitor. A partir de 1999, foram implantados novos núcleos e programas para difundir conhecimentos e prestar serviços à comunidade, como o SAJU – Serviço de Assistência Judiciária (1999), o Núcleo de Terapia Ocupacional (2000) e a Farmácia Comunitária (2002).

Com a mudança do Estatuto da Uniso, em dezembro de 2002, a PROC passou a ser denominada PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, mostrando a vital importância que a Extensão tem para a Uniso.

O ano de 2004 representou um novo avanço, com a aprovação pelo Conselho Universitário - Consu das Normas de Extensão e do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX).

O Programa de Bolsas de Extensão da Universidade de Sorocaba (Probex) tem como objetivos, intensificar a prática da Extensão na Universidade, com a participação ativa de alunos da graduação, contribuindo para sua formação e intensificando as relações entre a universidade e a comunidade.

No plano externo, a Uniso passou a ser uma das afiliadas ao Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitárias das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ForExt).

Em 2006, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários foi assumida por outro docente da instituição que reestruturou os programas e projetos de extensão conforme dispõe a Rede Nacional de Extensão - RENEX e também a Política de Extensão da Universidade de Sorocaba, a extensão universitária pode ser praticada em oito grandes áreas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela Universidade, em 2008 o mesmo Conselho, aprovou a Política de Extensão da Universidade de Sorocaba.

Nesse momento, todas as ações e atividades de extensão foram organizadas dentro de programas alocados nas grandes oito áreas, estabelecidas pelo Fórum Nacional.

Muitos são os programas e projetos que já foram e são desenvolvidos na Uniso, seja de forma contínua ou mesmo por um determinado tempo.

O desenvolvimento de ações de extensão na universidade exige que assumam uma concepção que valorize a atuação das instituições de ensino superior junto à comunidade local e regional, e, por consequência, à sociedade como um todo.

Em livros, artigos e documentos elaborados em encontros, seminários e congressos de extensão podemos encontrar alguns conceitos de extensão universitária, alguns mais completos, outros nem tanto, mas na sua maioria transmitem a essência do conceito. Como por exemplo, citamos que a extensão é

uma via de mão dupla, quando ocorre a troca do conhecimento acadêmico que é levado à comunidade, que tem seu cotidiano “atualizado” e renovado dia a dia, e da mesma forma absorve o conhecimento popular para conduzi-lo de volta à universidade.

Com o passar dos tempos vários novos cursos de graduação foram oferecidos pela Uniso, houve a necessidade de elaborar um novo roteiro para projeto político-pedagógico de cursos de graduação que contemplasse vários itens, como informações da instituição, do curso oferecido, princípios, finalidades, objetivos, e principalmente, um item específico sobre a integração Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme dispõe a Resolução Consu n. 046/09, conforme dispõe a seguir:

#### 7 Integração entre ensino, Pesquisa e Extensão

Essa integração deverá acontecer intra e intercurros, considerando que:

- o ensino é a finalidade primeira dos cursos de graduação, como processo construtivo e permanente, que oferece e articula conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos, de maneira crítica e criativa;
- a pesquisa deve nascer na graduação e fortalecer a implementação da pós-graduação.
- a extensão torna acessível à sociedade o conhecimento de âmbito universitário e, reciprocamente, faz chegar à Universidade os desafios da realidade social. Cabe ao Colegiado do Curso estruturar e propor, no projeto político-Pedagógico, algumas sugestões de atividades que integram Ensino, Pesquisa e extensão, conforme as características e as possibilidades do curso e sempre à luz da missão da Uniso. (De acordo com os documentos oficiais da Uniso).

Como já citado, a pesquisa será realizada dentro da área temática Tecnologia e Produção, seguindo a linha programática inclusão digital, buscando analisar as visões de letramento disponível nas propostas. E como os projetos são desenvolvidos com a comunidade, será necessário, embora, brevemente, discorrermos sobre o conceito de comunidade e comunidade virtual, hoje, sendo esta, a forma mais preferida das pessoas se unirem, mesmo que virtualmente, por meio das redes sociais.

Atualmente, os núcleos que estão desenvolvendo atividades são: Núcleo de Cultura Afro-Brasileira (NUCAB), Serviço de Assistência Jurídica (SAJU), Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Núcleo de Estudos Ambientais (NEAS); Núcleo de

Esportes e Recreação da Uniso (NERUS), Universidade da Terceira Idade, Núcleo de Teatro Grupo Katharsis.

As outras atividades e projetos estão organizados em 18 programas, que desenvolveram 38 projetos de extensão universitária em 2012.

O Programa de Bolsa de Extensão – Probex articulou 28 projetos com a comunidade interna e externa.

### 3 CONCEITOS DE COMUNIDADE, INCLUSÃO DIGITAL E LETRAMENTO

Neste capítulo, apresento brevemente alguns dos conceitos sobre comunidade que embasam essa pesquisa.

#### 3.1 Comunidade

Primeiramente, trago um breve histórico do termo comunidade, bem como citarei alguns autores que o conceitua.

##### 3.1.1 Histórico e conceito

Quando falamos em extensão universitária não podemos deixar de conectar a comunidade. O conceito faz referência à qualidade daquilo que é comum, pelo que permite definir distintos tipos de conjuntos: das pessoas que fazem parte de uma população, de uma região ou nação; das nações que se encontram unidas por acordos políticos e econômicos ou de pessoas vinculadas por interesses comuns.

O vocábulo comunidade possui várias acepções. No dicionário Novo Aurélio (1999), conceitua o termo,

Do lat. *Communitate*. 1. Qualidade ou estado do que é comum; comunhão. 2. Qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e ou/ culturais comuns. 7. Grupo de pessoas considerado, dentro de uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes. (FERREIRA, 1999, p. 517).

O dicionário Houaiss (2001) dispõe.

Estado ou qualidade das coisas materiais ou das noções abstratas comuns a diversos indivíduos; comunhão. 4. Conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico. 8. População que vive num dado lugar ou região ligada por interesses comuns. (HOUAISS, 2001, p. 782).

Atualmente muito se fala do valor e da importância que tem a comunidade, o local e a família, embora a globalização tenha sua importância, Podemos chamar de glocalização (neologismo resultante das palavras “globalização” e “localização”) que nada mais é que a interação do global com o local.

Castells (1999) entende esse processo social:

Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. (CASTELLS, 1999, p. 85).

Bauman (2003), considera que conceituar comunidade é difícil, pois ainda,

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos. (BAUMAN, 2003, p. 128).

O conceito de comunidade, no entanto, nunca foi uma unanimidade entre os estudiosos sobre o assunto. Por Weber (1987), baseia-se na orientação da ação social. Pois, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Dessa forma a solidariedade e o trabalho em grupo sempre foram características históricas que marcam majoritariamente os grupos humanos e a ideia de comunidade parte desse princípio. Como cita o sociólogo:

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal- baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes (WEBER, 1987, p. 77).

Em relação à existência da comunidade Weber (1987) diz

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento (da situação comum), a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo. (WEBER, 1987, p. 142).

Ao contrário da citação acima, Tonnies (1995, p. 239) considera que

as características da comunidade podem estar relacionadas a três gêneros de comunidades: a) parentesco – que relaciona-se aos laços de sangue e à vida comum em uma única casa; b) vizinhança – que caracteriza-se pela vida comum entre pessoas próximas e c) amizade – que está ligada aos laços criados nas condições de trabalho ou no modo de pensar.

Bauman afirma que, antes de tudo, a palavra comunidade guarda sensações, sugerindo coisas boas e um lugar confortável e aconchegante onde estamos seguros, não há perigos ocultos, todos nos entendemos bem, nunca somos



estranhos entre nós e podemos contar com a boa vontade dos outros. Enfim, o que esta palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta. (BAUMAN, 2003, p. 7-8).

Sobre o conflito de conceitos, Peruzzo e Volpato dispõe que

O termo “comunitário” vem sendo utilizado, nos últimos tempos, de forma desordenada, o que contribui para uma confusão relacionamento conceitual que esvazia seu significado. Qualquer agrupamento tem sido chamado de comunidade sejam bairros, vilas, cidades, segmentos religiosos, segmentos sociais, redes de relacionamentos na internet etc. Ultimamente, a formação de grupos e redes on-line facilitada pela Comunicação Mediada por Computadores (CMC) tem contruído ainda mais para desvios conceituais. (PERUZZO e VOLPATO, 2009, p. 140).

O vocábulo também evoca sensações de solidariedade. “Comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega”: é a segurança em meio à hostilidade. (BAUMAN, 2003, p. 7).

Podemos encontrar muitos significados sobre o termo comunidade, além de ser um grupo de seres humanos que partilham elementos em comum, como o idioma, os costumes, a localização geográfica, a visão do mundo ou os valores. Já do ponto de vista da sociologia, as cadeias também são comunidades que podem ser descritas e analisadas. Uma empresa também é uma comunidade, uma vez que os seus integrantes partilham dos mesmos objetivos.

Além dos conceitos o assunto, podemos encontrar algumas colocações em documentos que versam sobre a extensão universitária, como cita Rocha e Nogueira (2001),

O termo comunidade se expressa de forma concreta dentro de uma dimensão geográfica e sócio-cultural claramente identificada. Uma comunidade é um ente dinâmico, geográfico, social e política, que inclui pessoas, não indivíduos, e por isso, são múltiplos os interesses e a gama de preocupações políticas. A participação da comunidade é, pois, uma condição necessária à sustentação de seu próprio desenvolvimento. O grau de participação guarda relação com o nível de consciência de sua condição de cidadania, mediado por um processo educativo. (ROCHA e NOGUEIRA, 2001, p. 104-105).

Hoje com o avanço das tecnologias, não há dúvida de que vivemos cada vez mais numa sociedade conectada pelas redes de computadores funcionando independente do outro e interconectados por cabos de rede. A rede permite o compartilhamento de softwares, informações, arquivos e demais serviços. Pois além de cada usuário ser o consumidor acaba que produzindo informação também. No

entanto, uma comunidade que estabelece relações num espaço virtual através de meios de comunicação a distância. Tem como característica a união de um grupo de pessoas com interesses comuns que trocam experiências e informações no ambiente virtual.

Muito se fala hoje nas redes sociais, e pelo fato de não ter o acesso à rede, muitas pessoas se julgam excluídos. Existe uma grande preocupação em se ter uma conta de email, no facebook, twitter e outros, pois além de estar atualizado com as notícias dos famosos, ou mesmo anônimos, é fundamental fazer parte dessa comunidade virtual, pois assim não serão questionados, pelo qual ainda não possuem uma conta em umas das ferramentas da internet.

Um dos principais fatores que potencializam a criação de comunidades virtuais é a dispersão geográfica dos membros. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs minimizam as dificuldades relacionadas a tempo e espaço, promovendo o compartilhamento de informações e a criação de conhecimento coletivo.

Conforme dispõe Gomes (2010), “As pessoas hoje escrevem, fotografam, filmam, compõem textos com imagens, áudio, vídeo e compartilham suas produções...”, dessa forma, cria-se uma grande rede e troca de informações.

Para Recuero, as comunidades virtuais também são identificadas como:

comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede(Internet), quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço. (RECUERO,2008, p.65).

Muitos são os conceitos para o termo, Recuero tenta conceituá-lo como:

uma tentativa de explicar os agrupamentos sociais surgidos no ciberespaço. Trata-se de uma forma de tentar entender a mudança da sociabilidade, caracterizada pela existência de um grupo social que interage através da comunicação mediada pelo computador (RECUERO, 2008, p.65).

Voltando ao conceito de comunidade, existe uma grande complexidade de delimitar a localidade em relação aos seus limites e demarcações. Pois além dos aspectos geográfico-territoriais, temos os elementos da ordem cultural, histórica, política, jurídica etc. Criando dessa forma algumas confusões conceituais.

Neste sentido, Bourdin (2001, p. 13) esclarece que

As delimitações da localidade são múltiplas e contingentes. A vizinhança, o bairro, a cidade ou a região urbana constituem pontos de referência relativamente estáveis, mas, conforme os contextos, estes níveis se definem diferentemente, e muitas coisas ou quase nada pode ocorrer aí.

Ainda Bourdin (2001) em relação ao conceito de lugar, propões pensar que

A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas. (BOURDIN, 2001, p. 25).

Após trazer alguns conceitos clássicos ou mais atuais sobre o termo comunidade, também é possível perceber o conflito conceitual de comunidade, local e região. Os três termos relacionam-se entre si e que torna-se difícil entender cada termo separadamente, mesmo quando consideramos a características específicas de cada um.

### **3.2 Inclusão Digital e Inclusão Social**

Neste momento da pesquisa, vou descrever um pouco sobre os conceitos dos termos inclusão digital e inclusão social.

Uma reportagem lida no site do Uol, relata que o nosso país, é muito conhecido pela grande diferença social. A concentração de renda que temos está entre as maiores do mundo, e que conseqüentemente, gera a exclusão de grande parte da população em relação aos serviços e bens de primeiras necessidades.

Na reportagem podemos verificar o seguinte trecho:

Nos últimos tempos, um fenômeno social se transformou em outro fator de exclusão social, aumentando ainda mais a marginalização de muitas pessoas: a informatização das comunicações. Esse instrumental é de extrema importância e influência na vida das pessoas e da sociedade na medida em que desenvolveu (e continua desenvolvendo) novas formas de interação social e de fluência das dinâmicas financeiras. Desse modo, algumas das diferenças sociais pré-existentes se acentuaram ao proporcionar novas oportunidades de vida a quem tem acesso a esses recursos e simultaneamente marginalizar ainda mais quem não os tem. (Disponível em: [http://www2.uol.com.br/vyaestelar/inclusao\\_digital01.htm](http://www2.uol.com.br/vyaestelar/inclusao_digital01.htm) Acesso em: 05 abr.).

Diante do descrito acima, é possível verificar que parte da população começou a se preocupar e a agir no sentido de diminuir o abismo eletrônico. Desta

forma surgiram as ações de inclusão digital, que buscavam proporcionar o acesso à informática.

Na Universidade de Sorocaba, a preocupação não foi diferente, surgindo então, as propostas dos projetos de extensão universitária, classificados dentro de uma grande área, Tecnologia e Produção, organizada pela Rede Nacional de Extensão – Renex, que a Uniso decidiu seguir a mesma classificação.

Em nossa cidade, o interesse em disponibilizar computadores com acesso à internet surgiu de forma marcante em 2006, quando a Prefeitura Municipal de Sorocaba firmou uma parceria com o Projeto Pérola, que é uma associação de caráter social que visa desenvolver a consciência protagonista nas comunidades assistidas, a fim de que os jovens atendidos utilizem os conhecimentos ao longo do curso e acreditem em seu potencial.

No início do projeto foram atendidos aproximadamente 130 adolescentes de baixa renda, de um bairro da cidade, oferecendo cursos de informática básica como *Windows, Word e Excel*.

Além do incentivo do governo municipal a ação contou com a participação de alguns segmentos da sociedade como igrejas, empresas particulares e profissionais da área. Segundo dados disponíveis no site do projeto Pérola já obteve mais de 15 mil formados nos cursos oferecidos na cidade

Atualmente, a cidade de Sorocaba, por meio do governo municipal, disponibiliza cerca de 30 unidades do Sabe Tudo, que tem um espaço de 200 m<sup>2</sup>, construídos em Escolas Públicas da cidade, equipados com 20 computadores, com acesso à *Internet* em banda larga, acervo de livros, revistas e jornais diários, em diversos bairros, que oferecendo cursos e acesso gratuito à comunidade.

São oferecidos cursos de informática básica, como *Windows, Word, Excel, Power Point*, bem como navegar pela internet, realizam pesquisas e acessam seus e-mails, principalmente, os frequentadores que ainda não possuem computadores ou outro tipo de acesso à internet, na própria casa.

Embora a intenção e preocupação dos proponentes ou idealizadores dos projetos, em dar acesso à informática fossem das melhores, ainda não é possível diminuir o abismo digital entre as pessoas, com as ações que são desenvolvidas. Pois a inclusão digital ainda é entendida como um simples treinamento técnico no uso do computador e dos programas como editor de texto, planilhas, e-mails, redes sociais e outros programas usados com frequência. Mas a inclusão digital é um

processo maior e não pode ser entendida como um passo para diminuir, ou tentar, acabar com a inclusão social.

### 3.2.1 Histórico e conceito

Na literatura sobre os termos, podemos encontrar os conceitos de inclusão digital, inclusão social e inclusive posicionamento de alguns autores de que uma não depende da outra, ou mesmo que ações de inclusão digital não leva a inclusão social.

Inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo “*digital divide*”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas.

Demo (2007) diz que

A expressão “*digital divide*” tornou-se signo de nossa época, que, marcada, mais que outras, pela inovação tecnológica, nega o acesso a muita gente, tornando seletivo o desfrute daquilo que seria lugar-comum desta sociedade. (DEMO, 2009, p. 05).

Com a popularização dos computadores na década dos anos 80, Fantin e Girardello (2009) afirma,

Muito se falava do potencial infinito da infovia da informação que prometia comunicação igualitária e multidirecional entre pessoas, grupos e nações. Outra metáfora, porém, não demorou a surgir, fazendo a crítica ao otimismo ingênuo dos primeiros anos: a barreira digital. Como poderíamos superar o abismo que separa os alfabetizados digitais daqueles excluídos das promessas tecnológicas? Hoje nos perguntamos: que outra imagem poderia representar de forma alternativa essa tensão, não como obstrução e sim como um espaço a ser atravessado? Um rio, que tanto separa como une? Um mar de múltiplas correntes que, ao mesmo tempo, divergem e convergem? Como cruzar esse rio, navegar esse mar? (FANTIN e GIRARDELLO, 2009, p. 70).

Conforme citação é possível verificar que muito se esperou dos avanços tecnológicos, até mesmo que seria fácil disponibilizar os computadores e ensinar alguns programas básicos que as pessoas consideradas sem acesso às novas tecnologias, passariam para o grupo de incluídos digitalmente.

Um exemplo disso pode-se verificar que os projetos de extensão universitária da Uniso, no momento do protocolo da proposta não apresentaram nenhuma pesquisa que tivesse sido realizada para conhecer as necessidades da comunidade ou grupo que foi escolhido para participar dos projetos.

Neste momento vamos trazer alguns conceitos para facilitar nosso entendimento de cada termo.

Na definição de Moreira (2006), a inclusão social nada mais é do que proporcionar às populações excluídas as oportunidades necessárias para se viver com a qualidade através de acesso a bens materiais, educacionais e culturais.

A inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente. (MOREIRA, 2006, p. 11).

Podemos considerar que é o nome do processo de popularizar o acesso às Tecnologias da Informação, de forma a tornar acessível às classes sociais menos favorecidas. Também pode simplificar a rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Uma pessoa incluída digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, navegar na internet ou ficar conectado às redes sociais do momento, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida no cotidiano. Mas também, não podemos considerar que a exclusão digital é ficar de fora das tecnologias,

A exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material. (FANTIN e GIRARDELLO, 2009, p. 71).

No caso dos projetos de extensão universitária que serão analisados, podemos perceber que o objetivo principal dos projetos foi dar condições para que os envolvidos tivessem o acesso à informática, por meio do computador com acesso à internet, talvez, com a pretensão de diminuir a exclusão social.

É possível perceber que para a maioria das pessoas as ações de inclusão digital acontecem quando um indivíduo tem acesso ao computador e que quando não há esse contato a pessoa é considerada excluída digitalmente.

Fantin (2009, p. 71), afirma que o abismo digital é entendido na contradição entre exclusão e inclusão digital, sendo que nem sempre uma é oposto da outra. O ideal é tentar promover uma inclusão digital capaz de transcender limites utilitários e o acesso meramente operacional às máquinas e aos programas. A inclusão também precisa ser política, social, cultural e social.

Para esclarecer sobre os termos inclusão e exclusão, recorreremos às definições do dicionário Houaiss (2001, p 1.272) encontramos a seguinte definição sobre o termo **exclusão**. 1 ato de excluir. 2 ato que priva ou exclui alguém de determinadas funções. **Inclusão** ato ou efeito de incluir(-se). 1 estado daquilo ou de quem está incluso, inserido (2001, p 1.595).

O governo brasileiro tem articulado ações para diminuir a exclusão digital. Mas, Lemos (2007) considera que

A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital existente no país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar. (LEMOS, 2007, p. 16).

Nas palavras de Buckingham (2008), outros equipamentos eletrônicos já prometeram grandes avanços para a sociedade em outros momentos,

diz que a tecnologia está transformando profundamente a educação. Ela desafia as definições existentes de conhecimento, oferece novas maneiras de motivar aprendizes relutantes e promete incessantes oportunidades de criatividade e inovação. Há uma longa história de afirmações pretensiosas como essas, que existem desde muito antes do advento dos computadores. Os primeiros defensores do uso de filmes e da televisão na educação, por exemplo, fizeram previsões similarmente fantásticas de que esses meios trariam mudanças profundas na natureza da aprendizagem. (BUCKINGHAM, 2008, p. 01).

Para Buzato (2009),

inclusão digital tenta expressar a noção já tradicional, embora controversa, de que certos meios e/ou tecnologias podem ser aplicados de maneira planejada, eficaz e previsível ao desenvolvimento social. O qualificador

"digital" aparece nessa expressão para ressaltar o fato de que, em anos recentes, uma gama ampla de sentidos do desenvolvimento tem sido associada às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação. (BUZATO, 2009, p. 2).

Pereira (2007) prefere abordar o conceito de inclusão digital separadamente, ou seja, primeiro ele apresenta uma definição do que seria inclusão, depois do que seria digital, para finalmente definir inclusão digital. Assim,

“inclusão é um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos usos e costumes de outro grupo, passando a ter os mesmos direitos e os mesmos deveres dos já participantes daquele grupo em que está se incluindo”. Ele exemplifica que a inclusão social, como forma de (re)integração de pessoas marginalizadas na sociedade, seria um dos vários tipos de inclusão. (PEREIRA, 2007, p. 15).

Para o autor, a palavra digital associa-se inerentemente a computadores:

Essa associação é racional e verdadeira porque os computadores, em sua essência, trabalham as informações em forma de dígitos (números). Por isso a palavra *digital* está quase sempre associada a computador e significa, num sentido mais vasto, um modo de processar, transferir ou guardar informações. (PEREIRA, 2007, p. 16).

Diante da conceituação separada dos conceitos, por fim define inclusão digital como:

um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos métodos de processamento, transferência e armazenamento de informações que já são do uso e do costume de outro grupo, passando a ter os mesmos direitos e os mesmos deveres dos já participantes daquele grupo onde está se incluindo. (PEREIRA, 2007, p. 17).

Buzato (2007) propõe a seguinte definição de inclusão digital:

um processo contínuo e conflituoso, marcado pela tensão entre homogeneização e proliferação da diferença, tradição e modernidade, necessidade e liberdade, através do qual as TIC penetram contextos sócio-culturais (sempre heterogêneos), transformando-os, ao mesmo tempo em que são transformadas pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos. (BUZATO, 2007, p. 74).

Com base nas definições citadas acima, podemos verificar que o conceito de inclusão digital é mais que ter acesso à informática, acesso a e-mails, redes sociais e etc.

Buzato (2007) discute e confronta a diversidade de sentidos que a expressão inclusão digital pode assumir em diferentes práticas com as TICs,



ID [inclusão digital] equivaleria ao acesso, preferencialmente domiciliar, de comunidades em situação de desvantagem (econômica, geográfica, física, educacional, etc.) aos artefatos técnicos (dispositivos digitais e meios de conexão às redes telemáticas) e aos bens simbólicos (bibliotecas digitais, softwares, websites, jogos de computador, banco de dados, serviços de e-commerce, etc.) relacionados às TIC. (BUZATO, 2007, p. 37).

Quando pensamos em projeto de inclusão digital, logo se pensa nas comunidades ou bairros considerados menos favorecidos e distantes do centro da cidade. Como disponibiliza o sítio Viva Cidade:

Em Sorocaba, é possível destacar os bairros considerados de periferia em todo canto da cidade. Mas a Zona Norte é a que concentra o maior número de bairros onde residem as pessoas consideradas da classe social C, D e E. A Zona Norte de Sorocaba teve grande expansão principalmente nos últimos dez anos. Estima-se que existam na região 260 bairros e aproximadamente 200 mil habitantes. Um dos fatores de crescimento desta região foi a duplicação e a urbanização de suas duas principais vias: Av. Itavuvu e Av. Ipanema. Outro fator foi a implementação de dezenas de condomínios e loteamentos residenciais. (Disponível em: <http://www.vivacidade.com.br/> Acesso: em 02 fev.).

Na década de 1990, os computadores começaram a ganhar espaço de memória e em velocidades de processamento, mas diminuíram de tamanho e passou a ter uso portátil e doméstico. Depois disso, algumas faixas da população começaram a empregar o computador no seu dia a dia, podendo ser encontrados em empresas, bancos, supermercados, padarias, farmácias etc.

Mas a compra dos equipamentos para o acesso à informática por uma organização não governamental, escola, empresa, associações ou mesmo para a própria casa, talvez, não resolve a questão da exclusão digital. É necessário ter um projeto estruturado, seja organizado por uma instituição de ensino, ou por um órgão público, ou até mesmo por uma associação de amigos do bairro, é necessário que pessoas capacitadas possam ensinar o uso correto da tecnologia que é proporcionada e que temos acesso. Como por exemplo, podemos citar que o acesso ao computador e uso das ferramentas, fez com que as cartas escritas, fossem substituídas em grande parte por e-mails, o bilhete, pelo chat, textos escritos, por postagens em blogs e entre outro.

No caso das propostas dos projetos de extensão universitária da Uniso, na linha de inclusão digital, é claro identificar que talvez por falta de conhecimento os projetos demonstraram um tendência no que se refere que o acesso ao computador, pudesse resolver o problema daqueles considerados excluídos digitalmente.

É imprescindível que os projetos de extensão universitária tenham claro em seus objetivos, que os beneficiados possam realmente sentir a diferença antes e depois de participar do projeto. É necessário que de fato possam fazer uso do computador para facilitar o desempenho de atividades pessoais, profissionais e sociais.

Mas esses primeiros passos não bastariam, pois ainda podemos encontrar parte da população brasileira que vive em áreas urbanas, que ainda não teve contato com um computador ou com a internet. No caso de Sorocaba, mesmo com as 30 unidades da Oficina do Saber, localizados em diversos bairros, é possível que tenha uma demanda que ainda nunca acessaram um computador.

É possível afirmar que para a inclusão digital acontecer, são necessários três instrumentos básicos como o computador, o acesso à rede e o domínio dessas ferramentas.

Nas palavras de Warschauer,

Se o acesso à tecnologia de informação e comunicação (TIC) é decisivo para a inclusão social na era da informática, o que o acarreta? Os dois modelos de acesso mais comuns a novas tecnologias são baseados em equipamentos e conectividade. A insuficiência desses dois modelos força-nos a considerar um terceiro modelo, com base no letramento. (WARSCHAUER, 2006, p. 55).

Desta forma a inclusão digital se dará por meio de práticas sociais usando o computador, que leve as pessoas de forma independente, a desenvolver as habilidades necessárias. Podemos observar que a escrita tem chegado às crianças cada vez mais cedo através de dispositivos eletrônicos incorporados às práticas sociais, desde a televisão, celulares, jogos entre outros. Já os adultos considerados iletrados usam a urna eletrônica, os cartões magnéticos e os caixas automáticos nos bancos, mesmo sem ter grande ou nenhuma habilidade com o computador.

Percebemos que a sociedade atual vêm dando destaque à questão da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), sobretudo o computador, e com isso vemos a multiplicação de ações, programas e cursos em prol da chamada "inclusão digital".

Saito (2001), explica a situação da seguinte forma,

As relações entre pessoas e computadores não é meramente técnica como é pressuposto no conceito de letramento computacional, pessoas diferentes farão diferentes usos de tal tecnologia, assim como instâncias sociais

diversas constituirão, do mesmo modo, práticas diversas utilizando-se das TICs. A Sociedade da Informação criou suas tecnologias digitais e as utilizam para diversos fins, conforme as demandas sociais vigentes. A literatura aponta que o simples contato com as TICs já se configura como inclusão digital. (SAITO, 2011, p. 113).

Em termos, incluir digitalmente não é apenas alfabetizar a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do uso dos computadores.

A analogia errônea tende a irritar os especialistas e ajuda a propagar cenários fora da realidade da chamada inclusão digital, como podemos citar as comunidades ou escolas que recebem computadores e acesso à internet, mas nem sempre tem disponíveis profissionais capacitados para ensinar o uso das tecnologias, bem como para que e quando deve ser usada.

A inclusão digital, nesta sociedade do conhecimento, precisa que seja realmente capaz de levar as pessoas a utilizarem a tecnologia como um instrumento de transformação social, em busca de melhorias de suas vidas.

No caso da nossa pesquisa, os projetos de extensão universitária procuraram que ações dos projetos pudessem provocar alguma mudança. Por exemplo, no projeto desenvolvido com os Cooperados da Catares (Cooperativa de Reciclagem), um dos objetivos era proporcionar o acesso ao computador e que dentro da realidade de cada um pudesse se beneficiar.

A internet nos apresenta uma fonte enorme de informações e o uso dos computadores nos é exigido em muitas situações cotidianas. Ter acesso aos computadores e às redes de informação é um direito de todos, é uma questão de cidadania, de direitos e deveres pelo qual o cidadão está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive, assim como é desenvolvermos, todas as competências que nos permitam fazer bom uso dessas ferramentas, linguagens, formas de comunicação e de acesso à informação.

Assim, cabe a Universidade, dentro das atividades de extensão universitária que propõe estreitar os laços da academia com a comunidade, por meio de desenvolvimento de projetos que possam de fato incluir digitalmente os que estão classificados como excluídos.

### 3.2.2 Exemplos de Políticas Públicas sobre inclusão digital

No Brasil, as políticas públicas para inclusão digital estão alicerçadas no projeto nacional de sociedade da Informação (Livro Verde) realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O chamado Livro Verde lançado em 2000, contém as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação no Brasil. O documento apresentou como um plano diretor que contemplava as análises e diretrizes para a implantação de ações objetivando o desenvolvimento social com inclusão digital.

À época do lançamento do Livro Verde, admitia-se que para alcançar a inclusão digital da maioria da população brasileira seria necessária uma política de universalização do acesso à internet.

Outro programa de inclusão digital muito conhecido é o Acesso São Paulo do governo do estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Gestão Pública. Instituído também no ano de 2000, oferece para a população o acesso às novas tecnologias, especialmente à internet, contribuindo dessa forma, o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico do cidadão.

O programa disponibiliza em espaços públicos computadores para o acesso gratuito e livre à internet.

Em Sorocaba, fundado em janeiro de 2000, o Projeto Pérola é uma associação de caráter social que visa desenvolver a consciência protagonista nas comunidades assistidas, a fim de que os jovens atendidos utilizem os conhecimentos ao longo do curso e acreditem em seu potencial.

Um dos seus objetivos é priorizar a formação de jovens cidadãos com responsabilidade social, o que contribuiu para implantação do projeto em mais de dez cidades no estado de São Paulo. Atualmente são 52 unidades, sendo 33 localizadas na cidade de Sorocaba e as demais distribuídas nas cidades de Cesário Lange, Iperó, Itapetininga, Mairinque, Piracicaba, Salto e Votorantim.

No caso de Sorocaba, a Prefeitura tem o projeto Sabe Tudo, com o objetivo principal a inclusão digital. São centros de estudos equipados com 20 computadores avançados, que utilizam a internet como ferramenta de pesquisa, além de disponibilizar à comunidade jornais e revistas e mirante de observação.

O Sabe Tudo é um centro de inclusão digital com oferta gratuita à população de cursos de informática e acesso à internet. Para o gerenciamento do programa, a Prefeitura firmou convênio com a ONG "Projeto Pérola", que é a responsável pela mão-de-obra qualificada, material didático e aplicação das aulas.

### 3.3 Letramentos

Neste capítulo apresento um breve histórico e conceitos do termo letramentos.

#### 3.3.1 Histórico e conceito

No Brasil, podemos dizer que houve um atraso de 300 anos para a instalação da primeira tipografia, isso dificultava o acesso ao material impresso até mesmo para elite da época. E as escolas jesuíticas, tinham o objetivo de catequizar a comunidade, e não de torná-la letrada.

No século XIX, no Rio de Janeiro, surgiu a primeira tipografia, embora só era permitida a impressão de documentos oficiais. Nessa época, iniciou a proliferação dos jornais, seguidos pelos romances, atingindo inicialmente o público masculino, evidenciando, o quanto foi demorada a preocupação com a alfabetização das pessoas. Essa situação começou a mudar a partir do século XX, primeiramente com a alfabetização, seguida do letramento. Kleiman (1995) afirma que

Os estudos sobre o letramento no Brasil estão numa etapa ao mesmo tempo incipiente e extremamente vigorosa, configurando-se hoje uma das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união do interesse teórico, a busca de descrições e explicações sobre um fenômeno, com o interesse social, ou aplicado, a formulação de perguntas cuja resposta possa vir a promover uma transformação de uma realidade tão preocupante como é a crescente marginalização de grupos que não conhecem a escrita. (KLEIMAN, 1995, p. 15).

Ainda é possível nos dias de hoje, não encontrarmos a definição do termo letramento nos dicionários formais da língua portuguesa. Entre os verbetes aparentados está o termo letrado, que quer dizer um indivíduo "versado em letras". No entanto, letramento não se trata apenas desse tipo de indivíduo. Para alguns autores, até mesmo uma pessoa analfabeta pode ser letrada, se conviver numa sociedade gafrocêntrica. De modo que a pessoa alfabetizada é a que domina uma

tecnologia, o letrado pode até não dominá-la, mas convive com práticas letradas em sociedade.

O termo “letramento” vem do inglês *literacy* (que por sua vez, deriva-se filologicamente do latim *littera*, que quer dizer letra). Em português, trata-se de uma palavra nova, tomada de empréstimo ou criada a partir do termo da Língua Inglesa. *Literacy*, em inglês, designa ao mesmo tempo alfabetização, ou seja, um conjunto de habilidades cognitivas e mecânicas de apreensão do código da escrita (aquisição de *litterae*), bem como as práticas sociais de leitura e escrita desenvolvidas após ou paralelamente à alfabetização.

Segundo Soares (2004), há registro do termo no dicionário Caldas Aulete, mas não com o sentido que as pesquisas acadêmicas têm atribuído a ele nas últimas três décadas. O letrado de que falamos aqui não é só o indivíduo culto, mas também aquele indivíduo que domina poucos recursos da língua escrita.

Nesse sentido, Tfouni (2004) afirma que “não existe, nas sociedades modernas, o letramento “grau zero”, que equivaleria ao “iletramento”. Do ponto de vista do processo sócio-histórico, o que existe de fato nas sociedades industriais modernas são os graus de letramento.”

O conceito de letramento já entrou no discurso escolar, por meio das pesquisas realizadas em diversas áreas como a educação, a didática, e linguística e outras, causando assim um desencontro de conceitos de alguns termos como a alfabetização.

Em virtude dessas dúvidas que surgem em relação aos termos, Kleiman (2005) dispõe que o letramento não é um método de ensino, não é alfabetização e também não é habilidade.

Muito se fala em alfabetização, bem como em letramento, e frequentemente os termos são confundidos tanto no seu conceito como na sua prática, gerando um “problema de enfoque sobre o que significa aprender, ensinar e utilizar a escrita socialmente” (Buzato 2006). Pois o que difere um do outro é justamente a noção de prática social que a alfabetização e o letramento podem oferecer.

Por alfabetização, entendemos um processo em que se ensinam/aprendem as habilidades básicas que permitem às pessoas codificar e decodificar a escrita, relacionando-a, inicialmente, com a língua oral, mas aprendendo, aos poucos, a separar uma coisa da outra. A alfabetização, portanto pressupõe o ensino/aprendizagem de símbolos, códigos, regras e técnicas associadas à escrita e ao uso do suporte impresso, mas não garante o uso efetivo dessas regras, códigos e técnicas para diferentes finalidades sociais.

Nesse sentido, ser alfabetizado é um passo para ser letrado, mas não garante o letramento. (BUZATO, 2006, p. 05).

Pode-se dizer que existe uma relação íntima entre alfabetização e letramento, embora este não dependa daquela para acontecer. Para Britto (2003 p. 53) o letramento não tem limites,

um movimento mais geral, que se relaciona com a percepção da ordem da escrita, de seus usos e objetos, bem como de ações que uma pessoa ou um grupo de pessoa faz com base em conhecimento e artefatos da cultura escrita. Sendo assim, se a noção de alfabetizado implica uma condição do tipo tudo ou nada, a de letramento sugere uma multiplicidade de níveis e graus, em função do quanto o indivíduo realiza com seus conhecimentos de escrita.

Sobre o mesmo assunto, Soares (2003) explicita:

Embora correndo o risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia – a isso se chama alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos, atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita – a isso se chama letramento. (SOARES, 2003, p. 90).

Historicamente falando, para Kleiman (2005),

O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet. (KLEIMAN, 2005, p. 22).

Dessa forma, na década de 1980, no Brasil, muitos pesquisavam sobre as práticas de uso da língua escrita, e sentiam necessidade da criação de um termo que poderia ser usado para referir-se aos aspectos sócio-históricos dos usos da escrita.

Da mesma maneira que encontramos autores que estudam os termos alfabetização e letramento, cada um com seu papel, também é possível encontrar os que preferem afirmar que ambos possuem o mesmo significado, como discorre Mortatti (2007, p.161),

Talvez pelo fato de o termo “letramento” já se encontrar hoje bastante disseminado não implica coincidência de significados no que se refere a conceitos e correspondentes práticas pedagógicas, tampouco, implica estarem suficientemente esclarecidas as relações entre alfabetização e

letramento. Para alguns, “letramento” deve substituir, definitivamente, “alfabetização”, ou se deve optar por um ou outro termo; para outros, trata-se de denominações distintas de duas etapas distintas e sequenciais, devendo-se, primeiramente, alfabetizar, letrando, como dois momentos diferentes, mas complementares e simultâneos, no ensino-aprendizagem inicial da leitura e escrita.

O conceito de letramento delinea-se para além do processo de alfabetização, pois enquanto a alfabetização cuida da aquisição da escrita por um indivíduo, o “letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 1995, p. 20).

Soares (2004) afirma,

Letramento é palavra e conceitos recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamento e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 96).

O entendimento de letramento para Soares (2004, p. 97) é, como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais.

Ainda para Soares (2004, p. 18) letramento é prática social, “É o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.”

De forma tímida, vamos discorrer sobre alguns tipos e níveis de letramento que podemos encontrar na literatura ou no cotidiano escolar.

Sobre o letramento, podemos dizer que não existe apenas um tipo de letramento e seu significado ou valor pode variar diante de cada contexto social.

Temos também, o letramento visual, principalmente, quando analisamos a presença das imagens na vida da sociedade, que tem o papel de transmitir as informações e estabelecer a comunicação entre as pessoas, independentemente do nível escolar de cada um. Pois além de saber ler e escrever, a pessoa precisa possuir a habilidade de utilizar para benefício próprio, a informação visual. Ou seja, o letramento visual é capaz de propor ao indivíduo a extração das informações e ideias disponíveis no universo das imagens.



A utilização de tecnologias pela sociedade, principalmente o computador e o acesso à internet, faz com que as pessoas busquem pelo desenvolvimento de habilidades para viver nesta sociedade da informação.

Na definição de Buzato o letramento digital é,

o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo". O letramento digital é mais que o conhecimento "técnico": uso de teclados, interfaces gráficas e programas de computador... Ele inclui ainda a habilidade para construir sentido a partir de textos multimodais, isto é, textos que mesclam palavras, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície. Inclui também a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informações disponibilizadas eletronicamente. E ainda a familiaridade com as "normas" que regem a comunicação com outras pessoas através do computador, entre outras coisas (BUZATO, 2007, p. 85).

Segundo Gomes (2007, p.6), com o surgimento da necessidade de ler e escrever em ambientes digitais quer seja na comunidade ou nas escolas explica:

A crescente utilização das tecnologias, especialmente as de informação e comunicação em nosso cotidiano, tem introduzido novas práticas de leitura e de escrita que estão modificando nossas relações de trabalho, educação e lazer. No âmbito educacional, a instalação de laboratórios de computadores em uma grande parcela de escolas públicas e privadas tem, parcialmente, obrigado os professores a incorporar o uso de programas de escrita, de navegação e de apresentação de conteúdos pedagógicos em seu cotidiano; do mesmo modo, o uso dos laboratórios e de tais programas vem demandando dos alunos, novas práticas de leitura e de escrita. Tanto professores quanto alunos que já dominam determinados usos "tradiicionais", vêem-se na urgência de um novo letramento, o que se convencionou chamar letramento digital.

Também, "o letramento digital corresponde à habilidade de usar e compreender informações em múltiplos formatos, oriundas de uma ampla variedade de fontes apresentadas via computador" (SNYDER, 2010, p. 270). Assim, ele resulta de um processo social, que considera não somente a codificação e decodificação, mas também, essencialmente o uso social destas práticas, caracterizando-se como um processo amplo que abrange o sujeito alfabetizado e o não alfabetizado, transpondo assim a superfície do papel ao meio virtual estabelecendo diferentes modalidades de práticas sociais de leitura e escrita em que o sujeito lê, interpreta e interage.

Quando pensamos em letramento digital, é possível associar ao termo o uso de multimídia, computador ou qualquer dispositivo que empregue a tecnologia

digital. Mas o letramento digital vai além do uso da leitura e escrita que são realizadas no computador.

Embora façamos parte de uma sociedade democrática, temos consciência que as oportunidades não são iguais para todos os cidadãos. Pois não basta ter o acesso à tecnologia e sim que avance da mera utilização funcional para a interatividade. No entanto inclusão digital e letramento digital precisam avançar juntos, como relata Almeida (2003),

A fluência tecnológica se aproxima do conceito de letramento como prática social, e não como simplesmente aprendizagem de um código ou tecnologia, implica a atribuição de significados à informações provenientes de textos construídos com palavras, gráficos, sons e imagens dispostos em um mesmo plano, bem como localizar, selecionar e avaliar criticamente a informação, dominando as regras que regem a prática social da comunicação e empregando-as na leitura do mundo, na escrita da palavra usada na produção e representação de conhecimentos. (ALMEIDA, 2003, p. 174)

O termo letramento é muito usado no plural, letramentos, o que o torna bastante abrangente. Assim, podemos verificar que devido às rápidas mudanças no nosso cotidiano social e suas exigências em relação ao conhecimento da leitura e da escrita, o termo acaba sofrendo ressignificações.

Com base em Rojo (2009), podemos falar em letramentos múltiplos:

O “significado do letramento” varia através dos tempos e das culturas e dentro de uma mesma cultura. Por isso, práticas tão diferentes, em contextos tão diferenciados, são vistas como letramento, embora diferentemente valorizadas e designando a seus participantes poderes também diversos. (ROJO, 2009, p. 99).

Diante das leituras, podemos perceber que além da dificuldade que temos em identificar e separar o significado dos conceitos dos termos alfabetização e letramento, é possível, verificar que a alfabetização e o letramento não são processos que devam acontecer em sequência, um não é condição para o outro. Dessa forma, uma pessoa poder ser alfabetizada e não ser letrada, ou ser letrada e não ser alfabetizada.

Rojo (2009, p.98) ressalta que é possível ser escolarizado e analfabeto, mas participar, sobretudo, nas grandes cidades, de práticas de letramento, sendo assim, letrado de certa maneira.

Ainda Rojo (2009) diz que os os letramentos múltiplos

é ainda um conceito complexo e muitas vezes ambíguo, pois envolve, além da questão da multisssemiose ou multimodalidade das mídias digitais que lhe deu origem, pelo menos duas facetas: a multiplicidade de práticas de letramento que circulam em diferentes esferas da sociedade e a multiculturalidade, isto é, o fato de que diferentes culturas locais vivem essas práticas de maneira diferente. (ROJO, 2009, p. 108-109).

Ainda falando nos tipos de letramentos, podemos citar os multissemióticos, que segundo Rojo (2009, p.107), são importantes, pois são exigidos pelos textos contemporâneos, ampliando a noção de letramento para os campos da imagem, da música, das outras semioses que são somente a escrita. Temos também os letramentos críticos, Rojo (2009, p. 108) que são requeridos para o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos e que não pode lidar com eles de maneira instantânea, amorfa e alienada.

O conceito de letramento é muito amplo. Para Soares (2004 p. 78) não é possível que exista um “conceito único de letramento adequado a todas as pessoas, em todos os lugares, em qualquer tempo, em qualquer contexto cultural ou político”.

Ainda Soares, (2004) dá exemplos de outras denominações ou tipos que o termo letramento é tratado, como “letramento básico e letramento crítico, letramento adequado e inadequado, letramento funcional e integral, letramento geral e especializado, letramento domesticador e libertador, letramento descritivo e avaliativo, entre outros”.

Soares (2004) destaca que a grande importância e destaque dado ao letramento, provocou equívocos no ensino da língua escrita, refletindo problemas de leitura e escrita dos alunos, dessa forma, surgindo um quadro alarmante de analfabetismo.

Diante dessa questão, podemos encontrar uma abordagem de letramento, segundo o modelo autônomo. Como dispõe Street (2003) apud Saito (2011, p. 113),

Considerar o letramento como um conjunto de habilidades de leitura e escrita, que sendo transparentes, isentas de valores e fundamentadas em uma ideologia grafocêntrica, podem ser transferidas de um contexto a outro, ou de uma cabeça a outra, como na metáfora do conduto, ou pior, considerando o aluno como tábula rasa. Assim, numa perspectiva de ensino de letramento, o fato de expor os alunos os textos variados que circulam em sociedade garantiria a apreensão automática das reações fonema-grafema – que são explicitadas no processo de alfabetização –, o que de fato não acontece. O contrário também é pressuposto, ou seja, partindo de uma perspectiva de ensino de alfabetização, expor a população a programas massivos de aquisição do código escrito – em uma concepção mecânica e prescritiva de alfabetização – garantiria a participação dos indivíduos em práticas letradas avançadas, permitindo-lhes a conquista de

melhores empregos ou até mesmo a conquista de cidadania, o que de fato também não acontece.

Já no modelo de letramento ideológico, identificamos as questões culturais e ideológicas que são “invisibilizadas” (Street, 2003) como no Brasil da década de 1930, como discorre Saito (2011, p.114),

Serviam a ideologias de domínio das classes burguesas sobre as classes operárias: era necessário mão-de-obras que soubesse ler e escrever minimamente para trabalhar nas fábricas, bem como para “reconhecer” os produtos nas prateleiras na hora do consumo. Assim, a leitura e a escrita serviam muito mais à alienação do proletariado do que a emancipação social.

Analisando os dois modelos autônomo e ideológico de letramento, Saito (2011, p. 114) dispõe, que consideram o letramento não tanto como a aquisição de habilidades, como nas abordagens dominantes, mas como prática socialmente situada, construída, significada e negociada.

Nas palavras de Street (2003) apud Saito (2011, p.114) os efeitos de letramento mudam conforme variam os contextos sociais.

Dessa maneira e diante dos conceitos apresentados, consideramos que Kleiman (1995, p. 19), traz o conceito mais apropriado para essa pesquisa, Letramento é um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Após a pesquisa dos os conceitos apresentados, será possível trazer a teoria para a prática dos projetos de extensão, e assim, será possível, pelo menos tentar, descobrir ou constatar algumas visões de letramento nos projetos de extensão voltados para o uso do computador, com base no conceito definido por Kleiman (1995).

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo tem por objetivo descrever a metodologia escolhida para desenvolver este trabalho. Foi realizado um estudos dos documentos da Pró-Reitoria da Uniso, que são as propostas de projetos de extensão universitária, utilizando análise qualitativa, conforme em breve irei descrever.

#### 4.1 A pesquisa documental

Enquanto pesquisadora, para analisar, caracterizar e discorrer sobre um objeto de pesquisa, é necessário encontrar e utilizar diversos instrumentos metodológicos, que dessa forma nos permite um direcionamento do tipo de pesquisa, a natureza do objeto, o problema e bem como a teoria que poderá me guiar.

Sobre a pesquisa Goldenberg (2002, p.14) dispõe, o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar.

Entre os tipos de pesquisa, vamos falar um pouco sobre a pesquisa documental que é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, a principal diferença entre elas, está na natureza das fontes utilizadas. Nesta, a pesquisa se ocupa de documentos de domínio científicos como livros, periódicos, enciclopédias, artigos científicos e outros da mesma natureza. Já a pesquisa documental

é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas registros canais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários cartas pessoais e outros. A pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los (VERGARA, 2005, p. 48).

Para Lüdke (1986, p. 38),

a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Dentro da pesquisa documental, existem dois tipos de documentos

os documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas, e os documentos de segunda mão que de alguma forma já foram analisados tais como: relatórios de pesquisa; relatórios de empresas; tabelas estatísticas e outros (GIL, 1999, p. 49).

No caso da nossa pesquisa, os projetos que serão analisados, pertencem ao grupo dos documentos de primeira mão, pois são as propostas de projetos de

extensão universitária que foram desenvolvidos no período de 2008 a 2012 e estão arquivados de forma impressa ou digital na Pró-Reitoria Acadêmica da Uniso.

Optar pela pesquisa documental pode trazer algumas vantagens por ser uma fonte rica e estável de dados; ter custo baixo, pois exige apenas disponibilidade de tempo e não exige contato com o sujeito da pesquisa, que pode ser difícil, como é o nosso caso em relação às pessoas que participaram dos projetos de extensão.

Além das vantagens já citadas, também oferece algumas limitações como podemos citar a subjetividade do documento e para garantir a representatividade os pesquisadores usam um grande número de documentos e selecionam outros aleatoriamente.

O material coletado e analisado é utilizado para reforçar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações. É preciso ter em mente que nem sempre os documentos retratam a realidade. Por isso, é importantíssimo tentar extrair das situações as razões pelas quais os documentos foram criados. Os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos.

O primeiro procedimento utilizado neste tipo de pesquisa é a identificação das fontes que poderão fornecer respostas adequadas à solução do problema, em seguida, a obtenção do material, ou seja, os documentos que serão avaliados.

Com o material em mãos, é feita a leitura crítica-analítica, que se caracteriza por “ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa” (GIL, 1999, p. 68).

Mas afinal, qual é o conceito de documento? Acho necessário expor o conceito do termo documento, no dicionário encontramos:

1.declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto. (HOUAISS, 2001, p. 260).

A pesquisa documental é valorizada pelo fato de armazenar a riqueza de informações que podem conter os documentos. Embora os documentos que serão analisados nesta pesquisa, não sejam tão antigos, Cellard (2008) define:

documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele

permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

### Segundo Santos (2000), a pesquisa documental

é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000, p. 86).

Nas palavras de Nascimento (2000), além de conceituar a pesquisa documental, é possível conceituar a análise documental,

É uma técnica relevante para abordagem de dados qualitativos, complementando informações obtidas por outras técnicas ou trazendo aspectos novos de um tema ou problema. Apresenta-se, enquanto método não-invasivo de pesquisa, apropriado quando o acesso aos dados é problemático, quando se pretende ratificar conclusões ou impressões sugeridas em outros levantamentos e, ainda, quando a linguagem registrada é o fator de interesse do avaliador. (NASCIMENTO, 2000, p. 39-40).

É possível perceber que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38).

Podemos dizer que a análise dos documentos podem ser organizadas de dois tipos a quantitativa ou a qualitativa. Aquela, consiste em coletar e gerar dados precisos e confiáveis, para que uma análise estatística possa ser feita. É muito apropriada para medir opiniões, atitudes, preferencias, mercado e etc. Quando pensamos em quantitativo, logo pensamos em números, preocupa-se com os números.

O outro método para se organizar uma pesquisa é a qualitativa, que segundo Flick discorre:

os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos. (FLICK, 2004, p. 20).

A pesquisa qualitativa ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes, preocupando-se com a qualidade das informações e respostas, que é o caso da nossa pesquisa.

No caso da pesquisa aqui desenvolvida a matéria-prima, ou seja, os documentos, são as propostas de projetos de extensão, que foram aprovadas pela Pró-Reitoria Acadêmica e também desenvolvidas nos grupos escolhidos.

## **4.2 Contexto da pesquisa**

A presente pesquisa parte da minha experiência como Assistente Administrativa, pois desde 2002 trabalho na Pró-Reitoria Acadêmica da Uniso que articula os programas, projetos, atividades de extensão universitária desenvolvidos pela Uniso, que é uma universidade comunitária. Embora a educação no Brasil tenha mudado bastante nos últimos anos, ainda está longe de ser plenamente satisfatória. Muitos foram, e ainda serão, os desafios que alavancaram ações de grande importância em diversos segmentos.

Falar em universidade hoje, não é apenas elencar sua infraestrutura como salas de aulas, biblioteca, laboratórios e etc., além de não ser o único local capaz de divulgar a cultura universal, produzir ciência e formar profissionais, é, também, de muita importância, um instrumento para a transformação da sociedade. Provocando assim, múltiplos desafios colocados tanto pela sociedade, quanto pelo Estado em relação à sua hegemonia na produção de conhecimento e de sua legitimidade.

É fato que atualmente podemos encontrar muitas universidades e faculdades e outros, preocupados com a formação acadêmica dos seus alunos, outras, claro, que pouco podem acrescentar aquilo que o aluno já trouxe para o ensino superior.

Também seria possível, elencar os vários fatores que justificariam tal carência, mas o ideal é pensar um novo caminho, para que não nos conformemos em pertencer a esse círculo.

Encontramos a universidade preocupada com a formação e com o ingresso do acadêmico no mundo de trabalho, mas não podemos ignorar o texto da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o famoso tripé ensino/pesquisa/extensão, de forma indissociável, o que claramente, reconhece que o ensinar e o aprender (ensino) pressupõem o trabalho de investigação (pesquisa) e a presença do aluno na sociedade (extensão) a que pertence.



Realizada sob a forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, a extensão universitária passa por um processo de organização, no qual se insere a implementação de um sistema de informação de base nacional e um sistema de avaliação contínuo e prospectivo.

Já que vamos usar o contexto da inclusão digital na pesquisa, é importante citar alguns números sobre a inclusão digital no Brasil. Em 2012, a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, considerada uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva e cidadã, publicou que entre 156 países, o Brasil ocupa a 72ª posição em ranking de inclusão digital. O Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular (Itic) de Inclusão Digital mediu o acesso das pessoas ao computador, à internet e à telefonia, segundo cálculos da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Fundação Telefônica/Vivo, com base em dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Gallup.

De acordo com o índice, 51,25% da população brasileira têm acesso ao computador, à internet, ao celular e ao telefone fixo. A pesquisa também avaliou a inclusão digital entre os municípios brasileiros. Das mais de 5 mil cidades listadas no Censo 2010, a conectividade é maior em São Caetano do Sul (SP), Santos (SP), Florianópolis (SC), Vitória (ES) e Niterói (RJ). Segunda a pesquisa, as cinco cidades apresentam melhores condições socioeconômicas, facilitando o acesso ao mercado digital e também se justifica pelo grau de educação que camadas pobres ainda não dispõem.

Entre as cinco primeiras capitais melhores ranqueadas no ITIC, três fazem parte da região sul do país. Florianópolis em primeiro lugar com 77,06% de abrangência em alguma plataforma digital, seguida de Curitiba em terceiro no ranking com 75,88%, e Porto Alegre em quinto, com 72,02%. Já nas capitais do sudeste Vitória é a segunda colocada com 76,6%, depois vem Belo Horizonte em quarto com 74%, São Paulo em sexto com 71,7% e Rio de Janeiro em sétimo com 71,5%.

Já No ranking geral nacional, as cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília ocupam posições abaixo da décima colocação, ficam em 16ª, 19ª, 20ª e a 21ª posições, respectivamente.

Conforme dados citados acima, surgiu o interesse para realizar a pesquisa com base nos projetos de extensão na área temática Tecnologia e Produção, com a

linha programática em inclusão digital. Em geral, as pessoas, depositam nas novas tecnologias, no acesso à informática ou outros termos que utilizam para conceituar a ação, como se as novas ferramentas pudessem preencher as lacunas que estão entre a inclusão digital e o acesso às TICs. Mas não podemos pensar assim, pois se falamos no acesso à tecnologia da informação, podemos citar dois tipos, o primeiro os equipamentos e o outro a conectividade, mas os dois juntos não são suficientes para se completar o processo, nesse momento é necessário que a pessoa já tenha passado pelo processo de escrita e de leitura ou não, saiba fazer uso das tecnologias, ou seja, ter as práticas do letramento, para poder utilizar das facilidades e benefícios que a tecnologia pode nos oferecer.

Na Uniso, tanto os projetos propostos pelos alunos/professores ou os projetos vindos da comunidade externa, por meio de uma Organização não governamental (Ong), igreja ou associações, sempre destacaram a importância e a preocupação com a inclusão digital, pois existe uma grande preocupação que as pessoas saibam usar um computador, ou como podemos verificar nas propostas, que saibam trabalhar com o *Word*, o *Excel* e o acesso *Internet*. Pois a necessidade de se sentir parte de um grupo, faz muitas pessoas concluírem que a simples aquisição ou acesso a um computador poderá acabar com a lacuna que supostamente as separam do universo da tecnologia, ou que a torne excluída digitalmente.

O interesse pela linha citada surgiu da nossa inquietação em observar que o entendimento dos proponentes dos projetos, em incluir digitalmente uma pessoa ou determinado grupo, talvez, consistiam apenas em ensinar noções básicas de *Word*, *Excel* ou navegação pela internet, ou ainda, propor dessa forma estaria trabalhando com o conceito e prática do letramento.

No período de 2008 a 2012, nove projetos de extensão foram desenvolvidos, apresentando público-alvo e local bem diferenciado, mas com os objetivos bem semelhantes.

Embora vamos quantificar o número de pessoas que participaram dos projetos de extensão em análise, o nosso objetivo maior é tentar, com base nos conceitos dos teóricos, identificar e analisar, a existência, ou não, de visão de letramento na proposta do projeto.

### 4.3 Documentos

Os projetos de extensão selecionados para análise possuem um público alvo beneficiado que são pessoas que participaram dos outros projetos já existentes na Uniso ou pessoas que por outro motivo estavam no local do desenvolvimento das atividades, na cidade de Sorocaba/SP.

Infelizmente, os documentos protocolados na Pró-Reitoria Acadêmica não apresentavam nenhum formulário de cadastro com os dados pessoais dos beneficiados que participariam dos projetos de extensão, ou mesmo com outras informações que pudessem ser consultadas para a realização de alguma pesquisa. Tal ausência, talvez possa se justificar, pelo fato de que as propostas surgiram por iniciativa da Universidade, sem uma consulta previa com o público alvo envolvido. Podemos encontrar as características do perfil do grupo disponíveis em cada proposta, como vou elencar abaixo. Os formulários completos estão disponíveis nos Anexos A, B, C, D, E, F, G, H e I:

#### 4.3.1 Projeto “A” Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação

O referido projeto foi desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, envolvendo cerca de 431 pessoas que participaram das palestras ministradas na Semana de Informática da Uniso, organizada pelos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação.

O projeto visou estabelecer, instrumentalizar e divulgar a Uniso como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença de profissionais de empresas da área de informática, grandes usuários, instituições de ensino e pesquisa para realizar apresentações junto aos alunos e a comunidade.

#### 4.3.2 Projeto “B” Multiletramentos

O projeto de extensão universitária foi desenvolvido no período de março a dezembro de 2009, tendo como beneficiados aproximadamente 50 (cinquenta) crianças e adolescentes, entre 10 e 15 anos, do sexo masculino, que residem em bairros próximos ao câmpus Trujillo da Uniso, e que participam do projeto Amigos da Uniso. Foi desenvolvido aos sábados, no Laboratório de Informática.

O objetivo geral do projeto era ministrar um curso que desenvolvesse as habilidades de comunicação por meio das linguagens audiovisuais.

A metodologia do projeto buscou a promoção de múltiplos letramentos dos participantes. A proposta foi realizada através de aulas teóricas e práticas.

#### 4.3.3 Projeto “C” Universidade do Trabalhador

O projeto Universidade do Trabalhador – Unit foi realizado por meio de uma parceria com a Secretaria de Relações Humanas da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no período de 2008 a 2009. Contou com a participação de 257 jovens e adultos, desempregados ou em busca do primeiro emprego. Os cursos foram realizados na Cidade Universitária, no Laboratório de Informática. Cada aluno recebia da prefeitura vale transporte todos os dias para participarem do projeto.

Um dos objetivos principais foi oferecer cursos de informática que não apenas instrumentalizassem o cidadão, mas que também permitisse uma boa revisão dos conteúdos oferecidos no primeiro e segundo graus, no que tange a matemática e português associado aos conhecimentos de planilha eletrônica e processado de textos.

#### 4.3.4 Projeto “D” Escola de Computação da Uniso

O projeto foi realizado nos anos de 2008 e 2009, beneficiando 271 pessoas. O projeto visou estabelecer, instrumentalizar e divulgar a Uniso como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença no campus da Uniso de alunos em potencial dos cursos da área de computação, assim como de elementos formadores de opinião junto a estes potenciais alunos.

#### 4.3.5 Projeto “E” Informática para cooperados da Catares

O projeto de Inclusão Digital para Cooperados e familiares da Cooperativa de Reciclagem, foi desenvolvido no período de novembro de 2010 a julho de 2011, tendo como público-alvo aproximadamente 15 cooperados e seus familiares, que acabou totalizando 40 pessoas. Foi desenvolvido no Laboratório de Informática, aos sábados, no câmpus Trujillo da Universidade de Sorocaba.

Um dos objetivos principais do projeto era promover a inclusão digital dos cooperados e familiares. Esperava-se que ao término do projeto os participantes adquirissem habilidades básicas para utilizar o computador e a internet, conhecendo os softwares básicos necessários para as atividades de informática,

#### 4.3.6 Projeto “F” Asas

O projeto Asas foi desenvolvido no ano de 2008, os principais beneficiados foram 104 crianças, com idade entre 6 e 12 anos, que faziam tratamento no Hospital do Câncer Infantil Sarina Rolim Caracante.

Um dos objetivos pretendia usar o que tinha de tecnologia para fins educacionais e, dessa maneira atenderia as crianças que estavam fora da escola, devido ao tratamento da doença.

A metodologia foi desenvolvida por meio de atividades educativas e recreativas impressas (grafismo) e digitais com sites e CDs educacionais.

#### 4.3.7 Projeto “G” Vozes que Ecoam

O Projeto Vozes que Ecom foi desenvolvido no ano 2008, contou com a participação de 300 pessoas, com idade de 14 a 29 anos, que frequentavam as unidades do Sabe Tudo mantidas pela a Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Um dos objetivos principais do projeto era propor atividades que proporcionariam domínio das tecnologias e da linguagem multimodal para que os participantes pudessem produzir textos e uma leitura crítica de outros textos multimodais.

#### 4.3.8 Projeto “H” Fundação C.A.S.A (F.E.B.E.M.)

O Projeto Fundação C.A.S.A (antiga Febem) foi desenvolvido no período de 2008 a 2012, contou com a participação de 290 adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, que cumprem medida socioeducativa, na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – C.A.S.A. (antiga F.E.B.E.M.), na unidade da cidade de Sorocaba.

Um dos objetivos principais do projeto foi oferecer um programa de educação profissionalizante, por meio de cursos de extensão, que buscava reduzir reincidência

criminal e promover geração de renda aos adolescentes internos, quando deixassem o sistema.

#### 4.3.9 Projeto “I” Desenvolvimento de Projetos

O projeto foi desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, tendo beneficiado um total de 300 pessoas. O objetivo visou estabelecer, instrumentalizar e divulgar a Uniso como principal centro da área da informática da região de Sorocaba, nos mais diversos setores da comunidade. Foi realizado no campus da Cidade Universitária.

#### 4.4 Procedimentos de desenvolvimento da pesquisa

Os documentos analisados na pesquisa ficam arquivados na Pró-Reitoria Acadêmica da Universidade de Sorocaba. Podendo ser encontrados de maneira impressa ou na rede de trabalho do setor, organizada pelo setor de Processamento de Dados da Universidade.

Como os referidos projetos já foram desenvolvidos anteriormente, podemos também, encontrar disponível no site ou também de forma impressa, os resultados de cada um, ou seja, o número de pessoas beneficiadas de cada projeto.

Trabalhando na Pró-Reitoria Acadêmica há (10) dez anos, felizmente, tenho acesso para consultar as propostas, bem como, participar de todo o processo de desenvolvimento dos projetos. Dessa forma, com autorização do Pró-Reitor Acadêmico fiz uma cópia das propostas em um pen drive, de modo que pudesse ter acesso fácil às propostas e relatórios, que foram selecionados para a presente pesquisa.

Quando as propostas são apresentadas e protocoladas na Pró-Reitoria Acadêmica, em alguns casos, o próprio colegiados do curso de graduação, já aprovou anteriormente a proposta. Cabe a Pró-Reitoria analisar, de acordo com a Política de Extensão da Uniso, Resolução Consu nº 013/08, verificar alguns itens como a viabilidade técnica e condições de realização do projeto, e se a execução do projeto é de interesse da Uniso e estiverem vinculados aos programas de extensão, de acordo com as grandes oito áreas da extensão, já citadas como Comunicação, Cultura, direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, definidas pela Rede Nacional de Extensão – Renex.

Em geral, o público alvo indicado em cada proposta já foi anteriormente, definido pelo proponente do projeto, inclusive, o número de participantes que se deseja atingir, é feito por estimativa. Em alguns projetos não é feita uma sondagem para verificar a necessidade do grupo escolhido.

Após o levantamento das propostas dos projetos apresentados no período indicado, e com base na Política de extensão da Uniso, resolvemos selecionar 06 (seis) projetos para realizar a análise dos dados, priorizando os itens como a relevância social, a relevância acadêmica e a viabilidade institucional de cada proposta.

Foi feito um levantamento de todas as propostas de projetos de extensão universitária, que a Pró-Reitoria protocolou nas oito grandes áreas estabelecidas pela Rede Nacional de Extensão – Renex.

No período de 2008 a 2012, no geral o número de projetos que foram desenvolvidos na Uniso, são:

**Quadro 2 - Número de projetos de extensão desenvolvidos na Uniso**

Área	Período					Total
	2008	2009	2010	2011	2012	
Comunicação	05	06	02	05	05	23
Cultura	17	14	08	11	05	55
Direitos Humanos e Justiça	03	03	03	05	03	17
Educação	12	12	06	08	02	40
Meio Ambiente	07	09	07	13	09	45
Saúde	32	23	11	14	21	101
<b>Tecnologia e Produção</b>	<b>05</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>14</b>
Trabalho	06	06	06	05	07	30
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>76</b>	<b>44</b>	<b>62</b>	<b>53</b>	

Fonte: Relatório Anual da Universidade

Os Projetos Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação, Escola de Computação da Uniso e Desenvolvimento de Projetos, foram desenvolvidos nos anos de 2008 e 2009, Projeto Multiletramentos aconteceu em 2009; o Projeto Informática para Cooperados da Catares foi desenvolvido entre 2010 e 2011; o Projeto Asas aconteceu no ano de 2008; o Projeto Vozes que Ecom foi desenvolvido no ano 2008; o Projeto Fundação C.A.S.A (antiga FEBEM), foi desenvolvido no período de 2008 a 2012 e o Projeto Universidade do Trabalhador, aconteceu entre os anos de 2008 a 2010.

Com base nas propostas, serão avaliados, principalmente, alguns itens do formulário de cada projeto, como o objetivo, a justificativa e a metodologia.

Pelo objetivo de um projeto podemos entender que se trata do ponto a ser atingindo, ou seja, uma meta que se pretende alcançar com o desenvolvimento do projeto.

Já a justificativa, é entendida como um destaque da importância da execução do projeto. É o momento que o proponente pode exaltar o motivo pelo qual deseja executar o projeto com o público alvo indicado.

A metodologia é o conjunto de métodos e técnicas aplicadas para um determinado fim. É o caminho percorrido, a maneira utilizada para atingir o objetivo, especificando como o projeto pode ser desenvolvido para atingir os objetivos propostos.

O objetivo principal da análise foi encontrar mecanismos que pudesse avaliar o trabalho extensionista da universidade na área da Tecnologia e Produção, na linha programática Inclusão digital. Tentar identificar as propostas de letramentos nos projetos de acordo com as necessidades das comunidades participantes. E também descobrir quais os efeitos dos projetos de extensão universitária quanto à inclusão digital.

As propostas fazem parte dos documentos arquivados na Pró-Reitoria Acadêmica e os dados quantitativos, ou seja, os resultados dos projetos foram publicados em relatórios anuais, juntamente com todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Uniso.

#### **4.5 Período**

A presente pesquisa, foi feita com base nas propostas recebidas na Pró-Reitoria Acadêmica no período de 2008 a 2012.

Para selecionar as propostas e realizar a análise dos documentos foram necessários 4 (quatro) meses. Sendo o período de agosto a dezembro do ano de 2012.

#### **4.6 Como os dados serão analisados**

Como relatado anteriormente, a abordagem metodológica tomada nesta pesquisa documental é de cunho qualitativo. Para Ludke e André (1986, p. 1), “para



se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele.”

Neste capítulo, vamos realizar a análise do discurso, que consiste na análise da fala em contexto, ela ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto. Vários são os conceitos sobre o assunto, conforme disposto abaixo:

Gregolin (1995) considera que

a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente. (GREGOLIN, 1995, p. 13).

Mutti e Caregnato (2006) partem do princípio

que a análise do discurso trabalha com o sentido, sendo o discursos heterogêneo marcado pela história e ideologia, a análise de discurso entende que não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou re-leitura; outro aspecto a ressaltar é que a análise do discurso mostra como o discurso funciona não tendo pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento. (MUTTI e CAREGNATO, 2006, p. 681).

Na definição da análise de discurso, Orlandi (2007, p.15) ressalta,

Como seu próprio nome indica, não trata a língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Ainda nas palavras de Orlandi (2007, p.26) a análise do discurso,

Visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

Vejamos outro conceito de análise de discurso, para Gill,

É o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas. Estritamente falando, não existe uma única “análise de discurso”, mas muitos estilos diferentes de análise, e todos reivindicam o nome. (GILL, 2002, p. 244).

Para facilitar a análise de um discurso é necessário compreender quatro etapas, como cita Gill (2002),

Uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; uma ênfase no discurso como uma forma de ação e uma convicção na organização retórica do discurso. (GILL, 2002, p. 247).

Com base dos conceitos citados acima, vamos partir para a análise do discurso dos textos selecionados.

Conforme já mencionado, os documentos que serão analisados são as propostas de projetos de extensão universitária que foram protocoladas na Pró-Reitora da Uniso, no período de 2008 a 2012.

Após leitura dos documentos, os textos que serão analisados estarão organizados em quadros que terão duas colunas com as informações necessárias. Na primeira coluna de cada quadro serão elencados os nomes dos projetos de extensão universitária, respectivamente, na segunda coluna, a transcrição detalhada do texto disponível nas propostas “tempo de execução”, “justificativas”, “objetivos” e “metodologias”.

Para codificar um discurso, o primeiro passo é ler e reler cada texto, ou seja, no caso da nossa pesquisa, depois de organizar as categorias conforme nossas questões de interesse. Nesse momento será possível selecionar alguns termos que estão repetidos nas categorias.

Feito a codificação inicial é possível iniciar a análise, primeiramente, buscar um padrão nos dados, em seguida a identificação das funções do discurso.

No período de cinco anos foram apresentados nove projetos. Após análise completa das propostas, decidimos organizar os textos em quadros: Quadro 3 - “Títulos x Tempo execução”, Quadro 4 - “Justificativa”, Quadro 5 - “Objetivos” e Quadro 6 - “Metodologia”.

## 5 DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresento os dados coletados a partir dos projetos de extensão e organizo em quadros, os quais discuto e comento, com base na análise do discurso.

No Quadro 3 elencamos na primeira coluna, os nove projetos que foram desenvolvidos no período já indicado. Na segunda coluna foi transcritos os dados que estavam disponíveis no formulário de apresentação da proposta que determina o tempo de execução do projeto.

Segue abaixo o Quadro 3:

**Quadro 3 - Títulos x Tempo execução**

<b>Título dos Projetos</b>	<b>Tempo execução</b>
Projeto “A” - Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação	10 meses
Projeto “B” - Multiletramentos	08 meses
Projeto “C” - Universidade do Trabalhador	2 meses
Projeto “D” - Escola de Computação da Uniso	10 meses
Projeto “E” - Informática para Cooperados da Catares	08 meses
Projeto “F” - Asas	08 meses
Projeto “G” - Vozes que Ecoam	12 meses
Projeto “H” - Fundação C.A.S.A (antiga FEBEM)	3 meses
Projeto “I” - Desenvolvimento de Projetos	10 meses

Fonte: Propostas de projetos de extensão universitária

Conforme disposto acima, os títulos dos projetos de extensão universitária na sua maioria não indicam que são projetos na área da Tecnologia e Produção, na linha de Inclusão Digital, conforme citamos nos capítulos anteriores.

Em relação ao tempo previsto para execução dos projetos, não é possível especificar exatamente a carga horária semanal prevista para o desenvolvimento de cada projeto, de modo que a carga horária dos **Projetos “A, D e I”** indica que o período compreende os meses de aula na instituição, no **Projeto “C e H”** é curta e os **Projetos “B, E, F e G”** apresentou uma carga horária compatível com os objetivos propostos.

Vejamos abaixo o Quadro 4 - “Justificativa”, que organizo os textos das justificativas de cada projeto de extensão universitária.

Após várias leituras do texto das justificativas dos projetos citados, posso verificar que partindo do conceito do termo justificativa, é o momento em que o proponente do projeto deve expor e convencer a necessidade do projeto ser desenvolvido, principalmente quando exalta a importância do mesmo.

Abaixo segue o referido quadro:

**Quadro 4 - Justificativas**

<b>Projeto</b>	<b>Justificativa</b>
Projeto "A" - Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação	Funcionar como elemento de <u>disseminação da qualidade</u> e abrangência dos cursos da área de informática perante a <u>comunidade estudantil e empresarial</u> de Sorocaba e região.
Projeto "B" - Multiletramentos	Os multiletramentos referem-se á integração de múltiplos modos de comunicação e expressão, ou seja: áudio, vídeo, gestos, imagens fixas, etc. <u>Letramento Digital</u> é um elemento funcional da sociedade e inclui o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, sociológicas e emocionais. Ele vai além do simples acesso aos <u>meios tecnológicos</u> e deve possibilitar o uso das linguagens do meio digital de forma a permitir-lhes a expressão de suas ideias e a interação com pessoas de diferentes regiões. É fundamental que o <u>acesso ao computador</u> e á internet propicie aos usuários, a possibilidade para a compreensão de si mesma, da sua realidade, e da realidade das pessoas de outras <u>comunidades</u> . Nossas propostas para o Letramento Digital dos participantes do Amigos da Uniso, justificam-se por que possibilitam somar a experiência e o conhecimento acumulado da Uniso e do CET, no trato das questões relativas á <u>inclusão social</u> , onde o <u>computador conectado à internet é visto como meio de não como fim em si mesmo</u> .
Projeto "C" - Universidade do Trabalhador	A evolução dos métodos de trabalho provocados computação e a vinda de empresas de alta <u>tecnologia</u> para Sorocaba, cada vez mais tem exigido que os cidadãos em idade produtiva estivessem preparados não apenas em seu campo de atuação, mas também com <u>conhecimentos em informática</u> . O panorama atual do mercado de trabalho de Sorocaba exige não apenas <u>conhecimentos básicos</u> , mas uma boa formação, principalmente em Sistema Operacional, Planilhas e Processadores de Texto.
Projeto "D" - Escola de Computação da Uniso	Funcionar como elemento de <u>disseminação da qualidade</u> e abrangência dos cursos da área de informática perante a comunidade de Sorocaba e região.

<p>Projeto “E” - Informática para Cooperados da Catares</p>	<p>Este projeto de extensão tem como proposta <u>promover a inclusão digital</u> dos catadores da Cooperativa Catares seus familiares visando melhorar as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico dos mesmos. A proposta é envolver no projeto os familiares dos cooperados incluindo especialmente seus filhos. Os jovens e adolescentes, filhos dos cooperados, que <u>residem nos bairros das periferias</u>, são fortemente assediados para participar de atividades ilícitas, tais como, tráfico de drogas, prostituição, etc.</p> <p>Neste projeto estaremos oferecendo para estes jovens além dos <u> cursos de informática e inclusão digital, palestras e cursos relacionados à preparação para o primeiro emprego</u>. Com isso espera-se facilitar o desenvolvimento destes jovens e ao mesmo tempo proporcionar estímulos para que os cooperados e seus familiares possam fortalecer as suas estruturas familiares e sua cidadania.</p>
<p>Projeto “F” - Asas</p>	<p>Pensando a Educação como direito, sendo o indivíduo livre, ou estando impossibilitado de ir a <u>busca do conhecimento</u>, o projeto Asas busca proporcionar o acompanhamento educacional às crianças e adolescentes hospitalizados. Através de atividades lúdico-educativas, visa garantir um direito já conquistado, pois independentemente do período de permanência na instituição hospitalar, os aprendizes tem necessidades e direitos de cidadania, onde se inclui a escolarização.</p> <p>Diante dos mais diversos recursos produzidos na Universidade e do grande número de crianças e adolescente que apresentam dificuldades educacionais relacionadas ao fator saúde, são possíveis contribuir para o desenvolvimento escolar com atividades específicas e inovadoras, às crianças e jovens hospitalizados, buscando <u>interação social</u>, preservando sua integridade física e emocional, respeitando seus limites dentro do quadro clínico, oferecendo estímulos que melhorem sua qualidade de vida.</p>
<p>Projeto “G” - Vozes que Ecoam</p>	<p>Não há dúvida de que vivemos cada vez mais numa <u>sociedade conectada pelas redes de comunicação e de informação</u>. Diferentes linguagens em diversos canais, televisão, rádio, internet, entre outros, bombardeiam os indivíduos de uma maneira quase indefensável. Textos orais, escritos, visuais convergindo em linguagens híbridas exploradas em novos suportes, fazem da comunicação de massa, hoje em dia, algo tão convincente e envolvente que pode parecer, para grande parte da população jovem, até ingênua e fácil de ser compreendida.</p>
<p>Projeto “H” Fundação C.A.S.A.</p>	<p>O projeto prevê <u>profissionalização dos jovens internos</u>, dando-lhes condições de geração de renda quando estiverem em liberdade. Visto que a Educação deve ser assegurada a todos e sendo o</p>

	indivíduo livre ou estando impossibilitado de ir à busca do conhecimento, é seu direito como cidadão tê-la ao seu alcance.
Projeto “I” Desenvolvimento de Projetos	<u>Oferecer à comunidade externa e interna que necessitem de apoio para o desenvolvimento e implantação de aplicações baseados em sistemas computacionais.</u>

Fonte: Propostas de projetos de extensão universitária

Após codificação dos textos, foi necessário procurar por um padrão nos dados e observar as diferentes narrações. Em seguida deve existir uma preocupação com a função do discurso.

O *corpus* da pesquisa é constituído de um conjunto de sequencias discursivas, obtidas em nove propostas de projetos de extensão universitária, que foram desenvolvidos no período de 2008 a 2012, na Universidade de Sorocaba.

No projeto “Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação”, nesta análise denominado **Projeto “A”** verifico que o enunciado não corresponde à justificativa de uma proposta de projeto de extensão. Pois inicia o texto com um verbo intransitivo, assim, é possível perceber que a justificativa do projeto é um objetivo, ou seja, a proposta é para divulgar os cursos de graduação na área da informática. Conforme o próprio texto “disseminação da qualidade”, não é possível propagar a qualidade.

O público-alvo escolhido no enunciado, “comunidade estudantil e empresarial”, bem como o local, não são definidos conforme conceitos tratados pelos autores. Não podemos considerar os alunos como uma comunidade, conforme os conceitos disponíveis no segundo capítulo. O termo empresarial também não pode ser usado para representar uma comunidade, o que nos leva à ideia de vagueza.

No projeto “Multiletramentos” aqui identificado como **Projeto “B”**, o texto trás os conceitos de alguns termos como letramento digital e multiletramentos que serão estudados com o desenvolvimento do projeto. Desta forma, encontro no texto clareza em relação às justificativas. Pois o proponente do projeto demonstra conhecimento em relação às necessidades do público-alvo.

Podemos identificar o público alvo definido, inclusive a justificativa do desenvolvimento do projeto, trazendo para o texto a preocupação com as ações que

irão promover a inclusão social dos jovens e que também posicione o verdadeiro papel e utilização do computador e da internet.

Já no projeto Universidade do Trabalhador, denominado neste momento **Projeto “C”**, o texto da proposta que o público alvo definido como cidadãos em idade produtiva, estivessem preparados para o mercado de trabalho. Mas não é possível identificar nenhuma definição de quais empresas, quais atividades e quais conhecimentos em informática seriam necessários aprender para atender as exigências do currículo.

O **Projeto “D”** denominado Escola de Computação da Uniso, podemos encontrar novamente a mesma preocupação encontrada no **Projeto “A”**, de divulgar os cursos da área de informática.

Na justificativa do **Projeto “E”**, Informática para Cooperados da Catares, destacamos alguns termos, como podemos verificar no Quadro 4, que reforçam a preocupação da inclusão digital dos participantes e também a necessidade de oferecer cursos e palestras que possam preparar cada um para o ingresso ao primeiro emprego.

No **Projeto “F”**, Asas, no texto apresentado não é possível identificar ações que promovam diretamente a inclusão digital, e sim, a busca do conhecimento e interação social.

O **Projeto “G”**, Vozes que Ecoam, a justificativa apresentada baseia-se que hoje a sociedade está conectada pelas redes de comunicação e de informação e que as pessoas não estão preparadas para tanta informação, desta forma, é necessário adquirir o conhecimento para compreender as diferentes linguagens.

Analisando o texto da justificativa do **Projeto “H”**, Fundação C.A.S.A. é possível identificar claramente a preocupação com a profissionalização dos jovens e geração de renda.

O **Projeto “I”**, Desenvolvimento de Projetos, infelizmente, o texto da justificativa na verdade trata-se de um objetivo, que visa oferecer à comunidade uma assessoria para o desenvolvimento e implantação de sistemas computacionais.

Após leitura textos, resolvemos destacar algumas palavras, ou mesmo sinônimos, (sublinhadas), consideras dentro do contexto da pesquisa: comunidade estudantil, informática, letramento digital, meios tecnológicos, acesso ao computador, comunidades, inclusão social, internet, tecnologia, conhecimentos em informática, profissionalização dos jovens, sistemas computacionais que nos

revelam um pouco de conhecimento sobre a área da Tecnologia, mas infelizmente não foram colocados de forma apropriada propostas dos projetos.

Podemos afirmar que antes de organizar as propostas dos projetos, principalmente, ao escrever a justificativa, os respectivos proponentes dos **Projetos “A”, “C” e “I”**, não fizeram uma pesquisa com o público-alvo ou grupo que seriam beneficiados com as ações, com o objetivo de verificar a necessidade de cada um. No **Projeto “A”** fica claro que não houve nenhuma pesquisa. No **Projeto “C”** identificamos que o projeto foi proposto devido a evolução da computação.

Nos **Projetos “B”, “C”, “E” e “H”** foi possível identificar no texto que a justificativa foi estruturada conforme realidade já conhecida pelo proponente do projeto e também os conceitos foram desenvolvidos com base na teoria descrita no Capítulo 3 desta pesquisa.

Por se tratarem de propostas de projetos de extensão universitária, conforme tratamos no Capítulo 2, foi possível verificar que os **Projetos “A”, “C”, “D”, e “I”**, não correspondem minimamente com o papel da extensão universitária. Principalmente, quando a extensão é conceituada como “via de mão dupla” ou mesmo “troca de saberes entre universidade e comunidade”. Quando nos referimos ao letramento digital, as ações propostas nos **Projetos “A”, “C”, “E”, “G” e “H”**, não é possível verificar ações de prática social aos participantes.

Já no **Projeto “B”** é possível verificar que essas questões acima relacionadas já estão presentes na justificativa. Podemos citar a preocupação em mostrar que a simples conexão da internet não é a solução dos problemas e sim o começo de tudo.

No caso dos **Projetos “A”, “D” e “I”** podemos perceber que o enunciado trás informações amplas sobre a justificativa do projeto. Já na enunciação, considerando o histórico do proponente, que há época do oferecimento do projeto, estava como coordenação de curso de graduação, é possível observar a falta de clareza e direção em relação ao público alvo a ser atendido. Por exemplo, comunidade estudantil, de qual idade, de que instituição de ensino, de qual área entre outras questões que podemos levantar.

No **Projeto “B”** o enunciado abrange muitas informações, como conceitos de alguns termos como multiletramentos, letramento digital, é possível verificar que a enunciação partiu de um profissional que dentro do seu contexto histórico ou social tem clareza e conhecimento sobre a intenção que está sendo colocada.



No próximo quadro serão analisados os textos que descrevem os objetivos dos projetos de extensão.

Abaixo segue o referido quadro:

**Quadro 5 - Objetivos**

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>
Projeto "A" - Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação	O projeto visa estabelecer, instrumentalizar e <u>divulgar a Uniso</u> como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença de profissionais de empresas da área de informática, grandes usuários, instituições de ensino e pesquisa para realizar apresentações junto aos <u>alunos e a comunidade</u> . Visa com isso expor diferentes <u>visões e linhas tecnológicas</u> existente na área. O projeto se desenvolve em dois momentos: um específico e concentrado, dentro da Semana de Informática, e outro conjunto que se desenrola ao longo de todo o ano.
Projeto "B" - Multiletramentos	O objetivo geral do Curso Multiletramentos é <u>desenvolver habilidades</u> de comunicação por meio das linguagens audiovisuais.
Projeto "C" - Universidade do Trabalhador	<p>Informática Básica Permitir que o jovem tivesse um <u>primeiro contato com o "mundo da informática"</u>. Consiga ao final: distinguir os componentes principais de um microcomputador; <u>navegar na Internet</u>; ter contato com um <u>sistema operacional</u> (Windows) e criar uma conta de e-mail.</p> <p>Excel Intermediário Permitir que o cidadão consiga <u>usar o excel</u> como ferramenta de apoio em trabalhos que exijam o uso de aplicações financeiras básicas.</p> <p>Word Intermediário Permitir que o cidadão consiga usar melhor os recursos de um <u>processador de textos</u>. Consiga ao final do módulo: <u>Fazer um currículo; Escrever relatórios com figuras e tabelas, Cabeçalho e rodapé; formatação de parágrafos e fontes e wordart; marcadores e numeração.</u></p>
Projeto "D" - Escola de Computação da Uniso	O projeto visa estabelecer, instrumentalizar e <u>divulgar a Uniso</u> como principal centro da área de <u>informática</u> da região de Sorocaba possibilitando a presença no campus da Uniso de alunos em potencial dos cursos da área de computação, assim como de elementos formadores de opinião junto a estes potenciais alunos. O projeto se desenvolve em dois momentos: um específico e concentrado, dentro da Semana de Informática, e outro conjunto que se desenrola ao longo de todo o ano.
Projeto "E" - Informática para Cooperados da Catares	Objetivo Geral: <u>Promover a inclusão digital</u> dos Cooperados da Cooperativa Catares e seus

	<p>familiares.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p><u>Desenvolver habilidades par que os cooperados possam participar de maneira mais efetiva nas rotinas operacionais e administrativa da cooperativa que exigem o uso do computador.</u></p> <p>Promover capacitação para que os familiares dos cooperados possam ter mais facilidade para se colocarem no mercado formal de trabalho.</p>
Projeto “F” - Asas	<p>Possibilitar o acompanhamento pedagógico que se expressa como direito à aprendizagem e a escolarização de crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados ou em tratamento.</p> <p>Contribuir para a qualidade de vida da criança e do adolescente com dificuldades de aprendizagem à medida que as atividades educacionais <u>busquem o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos pacientes contribuindo para diminuição da defasagem escolar relacionada ao fator saúde.</u></p> <p>Ampliar a participação dos Universitários, contribuindo nas reflexões sobre a necessidade de atividades recreativo-educacionais-educacionais em ambiente hospitalar.</p>
Projeto “G” - Vozes que Ecoam	<p>Propor atividades que levem os participantes do projeto Vozes que Ecoam ao <u>domínio das tecnologias e da linguagem multimodal</u> para que produzam textos e possam também ler criticamente textos multimodais. Nesse sentido, pretendemos que os jovens passem a serem sujeitos de suas ações e de seu futuro, produzindo também seus próprios textos, revelando-se a si mesmo a suas comunidades.</p>
Projeto “H” - Fundação C.A.S.A.	<p>Este programa de educação e <u>profissionalizante</u> quer reduzir reincidência criminal e <u>promover geração de renda</u> aos jovens internos da Fundação C.A.S.A. quando deixarem o sistema prisional.</p>
Projeto “I” - Desenvolvimento de Projetos	<p>O projeto visa estabelecer, instrumentalizar e <u>divulgar a Uniso</u> como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença da área computacional da Uniso nos mais diversos setores da comunidade.</p>

Fonte: Propostas de projetos de extensão universitária

Analisando o enunciado dos objetivos das propostas dos projetos de extensão universitária, na linha programática de inclusão digital, é possível identificar claramente, que os **Projetos “A”, “D” e “I”** tinham como objetivo principal divulgar os cursos de graduação da Uniso, na área de informática que estavam sendo oferecidos na época.

Já nos **Projetos “B”, “E” e “G”** podemos verificar a existência da preocupação do proponente em desenvolver as habilidades e o domínio das tecnologias, de modo que pudessem utilizar no seu cotidiano.

Os **Projetos “C” e “H”** revelam em seus objetivos, a busca da profissionalização dos beneficiados, para que os mesmos possam trabalhar com as ferramentas básicas da informática, de modo que possam buscar uma colocação no mercado de trabalho.

Já o **Projeto “F”** embora classificado dentro da área programática analisada, em seu objetivo prioriza a preocupação com o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos pacientes hospitalizados. Não deixando claro algum objetivo que envolvesse a inclusão digital.

Após leitura, resolvemos destacar alguns verbos ou expressões (sublinhadas), consideras como objetivos: divulgar a Uniso, desenvolver habilidades, navegar na internet, usar o excel, fazer um currículo, promover a inclusão digital, promover geração de renda.

No último quadro serão analisados os textos que descrevem as metodologias dos projetos de extensão.

Abaixo segue o referido quadro:

**Quadro 6 - Metodologias**

<b>Projeto</b>	<b>Metodologia</b>
Projeto “A” - Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação	Convite e <u>organização dos eventos</u> relacionados.
Projeto “B” - Multiletramentos	O multiletramentos tem como proposta a promoção de <u>múltiplos letramentos</u> dos alunos participantes dos Amigos da Uniso. Essa proposta será realizada através de <u>aulas teóricas e práticas</u> , nos laboratórios da Uniso, campus Trujillo, aos sábados.
Projeto “C” - Universidade do Trabalhador	Ensino em laboratórios de Informática (40 alunos por vez) e 2 Instrutores por laboratório. <u>Sendo que um deles apresenta os conceitos e o outro atua no auxílio aluno por aluno.</u>
Projeto “D” - Escola de Computação da Uniso	Fornecimento de <u> cursos gratuitos</u> para alunos das escolas públicas e privadas, além de instituições comunitárias e assistenciais.
Projeto “E” - Informática para Cooperados da Catares	A metodologia será de ensino e aprendizagem através da utilização de laboratórios de informática do campus Trujillo. Um professor fará a coordenação didática do projeto auxiliando na seleção, preparação e acompanhamento do aluno bolsista que ficará encarregado de <u>ministrar os cursos</u> .

	O outro professor a coordenação dos trabalhos relacionados às atividades relacionadas à <u>preparação dos mais jovens para o primeiro emprego e sua inserção no mercado formal de trabalho.</u>
Projeto “F” - Asas	Desenvolver (presencialmente) no Hospital Sarina Rolim Caracante <u>atividades educativas e recreativas impressas (grafismo) e digitais e CDs educacionais.</u> Propiciar oficinas de desenho e serigrafia com as crianças e adolescentes, e transformação dessas criações em cartões, etc. pelos alunos do curso de design gráfico, propiciando assim, interação entre os universitários e os aprendizes em tratamento hospitalar. Envolver alunos voluntários para atividades de confecção dos cartões de Natal.
Projeto “G” - Vozes que Ecoam	<u>Cursos e atividades.</u>
Projeto “H” - Fundação C.A.S.A.	As atividades desenvolvidas presencialmente utilizando laboratórios de informática, hotelaria e toda a infraestrutura da Uniso. Desenvolvimento de atividades educativas, especificadas a jovens buscando a interação social, preservando sua integridade física e emocional, respeitando seus limites, oferecendo estímulos que melhorem sua qualidade de vida. <u>Uso de equipamentos dos laboratórios que permite o desenvolvimento de competências para a continuidade do processo de aprendizagem. Serão oferecidos cursos de Introdução à Informática, Informática Avançada, Fotografia Básica, Web Design, Auxiliar de Escritório e outros dependendo da necessidade da demanda.</u>
Projeto “I” - Desenvolvimento de Projetos	<u>Estabelecer relacionamento com instituições diretamente ou por intermédio de alunos que necessitem de apoio na área de informática.</u>

Fonte: Propostas de projetos de extensão universitária

Ao analisarmos os textos que descrevem a metodologia utilizada em cada projeto de extensão universitária, é possível verificar que os **Projetos “A”, “D” e “I”** tinham um objetivo a ser atingido, assim, no caso, do **Projeto “A”** foi organizado um evento para a divulgação dos cursos de graduação, já que sua proposta era atrair novos alunos para os cursos na área de informática.

Na proposta do **Projeto “D”** foram oferecidos cursos gratuitos para vários públicos sem especificar as características de cada grupo ou mesmo de cada curso oferecido, uma vez que sua proposta era divulgar a universidade como o principal centro da área de informática de Sorocaba e Região.

Já os **Projetos “C”, “E”, “G” e “H”** ofereceram cursos, em sua maioria utilizando o laboratório de informática da Uniso. É possível verificar que os cursos ministrados foram indicados pelos próprios proponentes e considerados à época, essenciais para que cada beneficiados pudessem melhorar seu currículo e buscar uma colocação no mercado de trabalho, ou seja, as necessidades dos participantes foram idealizadas ou projetadas pelos proponentes. Por exemplo, no caso dos **Projetos “C”, “E”, “G” e “H”** devido ao público-alvo, aparentemente, apresentar uma característica em comum, ou seja, a busca por qualificação profissional, os projetos voltavam-se para o ensino do *Word* e *Excel*. No caso do **Projeto “B”** pelo fato dos beneficiados já participarem de outro projeto de extensão realizado também na universidade, posso considerar que houve uma sondagem para verificar que ações poderiam ser desenvolvidas para complementar o projeto em que os beneficiados já participavam.

No **Projeto “F”** o objetivo era utilizar o computador para a realização de trabalhos escolares e extraescolares, por crianças com câncer que precisavam ficar vários dias consecutivos internados para tratamento e que, portanto, não poderiam frequentar a escola regularmente.

Para concluir a análise dos textos que foram selecionados para a discussão dos dados e retomando as questões de pesquisa especificadas na introdução, posso responder a primeira questão dessa pesquisa: **como identificar e avaliar o trabalho extensionista da universidade na área de Tecnologia e produção, na linha programática inclusão digital?** afirmando que as propostas de projetos de extensão universitária classificadas na área de Tecnologia e Produção, talvez, por falta de conhecimento mais preciso dos conceitos, tais como extensão universitária, que conceitualmente já foi definida como cursos, serviços, assistencialismo ou via de mão-dupla, mas que ainda não é unanimemente compreendida ou interpretada pelas instituições de ensino superior. Também os conceitos de letramento digital, inclusão digital, inclusão social parecem não terem sido devidamente compreendidos pelos professores proponentes dos projetos de extensão aqui analisados. Veja-se, por exemplo, o que se depreendeu de minha análise: letramento digital (**Projetos “C”, “E”, “G” e “H”**) como simples desenvolvimento de alguma habilidade técnica, de uso computador, inclusão digital como algo diretamente recorrente do desenvolvimento (ainda que parcial e muito restrito) dessas habilidades e a ideia de inclusão social como algo também decorrente

dessas habilidades informáticas, que pouco se referem aos usos sociais da escrita em vários setores da vida social e pessoal, ou seja, que sozinhas quase nada podem auxiliar na inclusão social e muito menos na transformação social. É possível mesmo dizer que a falta de Políticas Públicas apropriadas para dar conta da demanda de ações que buscam a inclusão digital é que são falhas ou incompletas. A universidade não pode sozinha, por meio de projetos de extensão, promover a inclusão digital e social, uma vez que estas são parte de um problema social muito maior, que extrapola o âmbito universitário.

Se de um lado, falamos que as propostas são de projetos de extensão universitária e que o conceito de extensão, conforme já especificado, principalmente no capítulo 2, é considerada a troca de saberes entre a universidade e a comunidade, de forma que a universidade detentora do chamado saber acadêmico vai ao encontro do saber popular disponível na comunidade, de outro lado, temos nove propostas, no caso dos **Projetos “A”, “D” e “I”** que pressupõem uma única ação, ou seja, apenas a instituição disponibilizará um meio para que o público-alvo, não especificado, seja beneficiado. Desta forma, não é possível identificar nenhuma troca de saberes. De fato, pode-se dizer que a instituição pouco ou quase nada aprendeu com as comunidades envolvidas, ao menos em termos de suas lutas por melhores condições de vida, especialmente aquelas ligadas ao uso do computador.

Não quero nesse momento procurar um culpado ou responsável por tal desencontro, entre a teoria e a prática executada. Muito pelo contrário, no decorrer de 5 anos, os conceitos de letramento digital, inclusão digital e inclusão social continuam sendo discutidos, ampliados e revistos. Acredito, porém, que meu trabalho pode dar uma contribuição a essas discussões dentro da Universidade de Sorocaba.

Partindo das colocações acima é possível questionar se as propostas analisadas foram protocoladas de forma correta na área de Tecnologia e Produção, na linha programática Inclusão Digital, visto que as fronteiras entre as áreas como Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho, definidas pela Rede Nacional de Extensão, nem sempre é muito clara.

Em relação à segunda questão: **como identificar as propostas de letramentos nos projetos de extensão de acordo com as necessidades das comunidades participantes?** foi possível verificar que as propostas dos projetos de

extensão foram elaboradas e desenvolvidas por docentes da universidade, e não apresentaram indícios de que inicialmente uma pesquisa de campo por parte deles tivesse sido feita e pudesse então, fundamentar e justificar a elaboração do projeto, pelo contrário, no geral os projetos apontavam a preocupação com a profissionalização dos beneficiados, mas não levaram em consideração, a bagagem que cada participante pudesse ter e que cada proposta poderia fazer para acrescentar, somar e torna-lo diferente à outro concorrente no caso da busca pela colocação no mercado de trabalho.

Talvez, hoje, com o amadurecimento das teorias e pesquisas e do próprio teórico e prático da extensão universitária no país, seja possível retomar as áreas de extensão da Universidade de Sorocaba para discussões e, quem sabe, algumas reformulações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a identificar as visões de letramento, inclusão digital e inclusão social, subjacentes aos projetos de extensão apresentados à Universidade de Sorocaba, na área de Tecnologia e produção, na linha programática “Inclusão Digital”.

Comecei o trabalho tendo como hipótese que as carências do público-alvo dos projetos desenvolvidos não haviam sido devidamente apuradas pelos proponentes dos projetos e que os conceitos de letramento digital, inclusão digital e inclusão social, talvez, não estivessem suficientemente claros para os professores proponentes dos projetos.

Para verificar essa hipótese, foi realizada uma análise discursiva das nove propostas de projetos de extensão universitária no período de 2008 a 2012 na Universidade de Sorocaba. Os dados foram organizados em quadros, de acordo com a justificativa, o objetivo e a metodologia de cada projeto.

As análises me levaram a confirmar a hipótese inicial, isto é, os projetos não haviam sido elaborados conforme as necessidades dos beneficiados. Estes foram desenvolvidos de forma verticalizada, não havendo troca entre a instituição e a comunidades envolvidas.

O conceito de extensão universitária visto sempre como uma via de mão-dupla ou uma troca de saberes entre a universidade e comunidade, não foi devidamente exercitado, uma vez que não houve a troca de saberes; a Universidade pouco ou quase nada aprendeu sobre as necessidades das comunidades envolvidas nos projetos, especialmente no tocante à função social da escrita nesses locais e seu potencial transformador de realidades.

Também o conceito de comunidade nos projetos analisados está distante da abordagem privilegiada neste trabalho como definiu Weber (1987, p. 142):

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento (da situação comum), a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.



De fato, nos projetos, chamou-se de comunidade simplesmente o grupo de participantes dos projetos.

O conceito de letramento digital também não se mostrou claro, na maioria dos projetos, com exceção do **Projeto “B”** (Projeto Multiletramentos), porque confundiu em todos os outros casos a aquisição das habilidades de uso do computador com os usos sociais da escrita no meio digital.

Do mesmo modo, a ideia de inclusão digital, com exceção do **Projeto “B”**, também foi confundida como o simples acesso ao computador conectado em detrimento que questões mais profundas, como a participação efetiva e ativa na cultura letrada digital.

Finalmente, o conceito de inclusão social não passou de uma visão de enquadramento no mercado de trabalho, quando, conforme vimos aqui, a inclusão social implica a participação do sujeito em todas as esferas da vida social, profissional, etc.

Diante do que foi possível entender e analisar, acredito que esta pesquisa pode contribuir para o amadurecimento dos conceitos aqui estudados, especialmente no campo da prática extensionista. Talvez, seja possível, (se não, necessário) retomar as discussões sobre as áreas de extensão da Uniso e, quem sabe, algumas reformulações.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: SILVA, M. **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003.
- ALMEIDA, M. E. B. Letramento digital e hipertexto: contribuições à educação. In: SCHLUNZEN JUNIOR, K. **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 171-192.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003.
- BOURDIN, A. **A questão do local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado, 2006.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado, 1996.
- BRITTO, L. P. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, V. M. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003.
- BUCKINGHAM, D. Aprendizagem e Cultura Digital. **Pátio**, Nov-2007/Jan-2008 2008.
- BUZATO, M. E. K. Letramentos digitais e formação de professores. São Paulo: CENPEC, 2006. p. 81-86.
- BUZATO, M. E. K. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. Campinas: Instituto de Estudo da Linguagem - IEL, 2007.
- BUZATO, M. E. K. Letramento e inclusão: do estado-nação à era das TIC. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 1-38, 2009.
- BUZATO, M. K. **Letramento digital abre as portas para o conhecimento**. **Disponível em:** Acesso.: 10 fev. [S.l.]: [s.n.], 2003.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CELLARD, A. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: POUPART, J. E. A. **A análise documental**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CONSTITUIÇÃO, B. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado, 2006.

CUNHA, L. A. **A Universidade temporã. O ensino superior da Colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CYBERPSICOLOGIA. Disponível em:

[http://www2.uol.com.br/vyaestelar/inclusao\\_digital01.htm](http://www2.uol.com.br/vyaestelar/inclusao_digital01.htm). Acesso em: 05 abr. 2013.

DEMO, P. Marginalização digital: digital divide. **B. Tec. Senac: a R. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 35, n.2, p. 05-19, mai/ago 2009.

FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. Diante do abismo digital: mídia-educação e mediações culturais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, p. 69-96, Janeiro/junho 2009.

FERREIRA, A. B. D. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 10, p. 244-270.

GOMES, L. F. **Hipertexto no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

LEMOS, A. **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Braisl**. Salvador: EDUFBRA, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, Jan./Abr. 2009.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 131-150, Mai/Jun/Jul 2000.

MOREIRA, I. D. C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, Abr./Set. 2006.

MUTTI, R.; CAREGNATO, R. C. A. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, p. 679-684, Out-Dez 2006.

NASCIMENTO, A. F. M. D. **Avaliação de programas, projetos e atividades universitárias**: referenciando a prática. Brasília: Universa, 2000.

PEREIRA, J. T. Educação e Sociedade da Informação. In: COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007. p. 13-24.

PEREIRA, J. T. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. In: COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Educação e Sociedade da Informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 13-24.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. **Líbero**, São Paulo, v. 12, p. 139-152, 2009.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, R. M. G.; NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. **Construção conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SAITO, F. S. (Multi)letramentos(s) digital(is): por uma revisão de literatura crítica. **Linguagens e Diálogos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 109-143, 2011.

SANTOS, A. R. D. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SNYDER, I. Antes, agora, adiante: hipertexto, letramento e mudança, Belo Horizonte, 26, Dec. 2010. 255-281.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contextos, 2003.

SOARES, M. B. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Patio**, p. 96-100, 2004.

SOUSA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRS, 1998.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

VANNUCCHI, A. **Universidade Comunitária**. São Paulo: Loyola, 2009.

VANNUCCHI, A. **A caminho da Uniso: história, casos e causos**. Sorocaba: EDUNISO, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Senac, 2006.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.

## ANEXO A – FORMULÁRIO DE PROJETO DE EXTENSÃO

## Programa de Bolsas de Extensão

## PROBEX

**Título do Projeto:**

**Nome do(s) aluno(s):**

**1. Dados dos responsáveis pelo projeto**

**Nome do aluno:**

**R.A.:**

**Curso:**

**e-mail:**

**Nome do docente orientador:**

**E-mail:**

**Telefone:**

**Nome do co-orientador (se houver):**

**E-mail:**

**Telefone:**

**Assinatura:**

**Aluno(s):**

**Docente:**

**2. Dados do projeto:**

**Título do projeto:**

<b>Data de início:</b> /    /	<b>Data de término:</b> /    /
<b>Período de execução (meses):</b>	

<b>Parceiros:</b> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual (is):
<b>Responsabilidade do(s) parceiro(s):</b>

<b>Justificativa:</b>
-----------------------

<b>Objetivos:</b>
-------------------

<b>Metodologia:</b>
---------------------

<b>Resultados esperados:</b>
------------------------------

<b>Perfil dos beneficiados pelo projeto:</b>
--

<b>Referências:</b>
---------------------

<b>Número de pessoas beneficiadas (estimativa):</b>
---

### 3. Classificação do projeto (assinale uma área e um programa correspondente à área)

Área	Programa
<input type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Turismo e Desenvolvimento <input type="checkbox"/> Laboratório de Comunicação
<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Arte e Educação <input type="checkbox"/> Território Cultural <input type="checkbox"/> Teatro Universitário Katharsis

	<input type="checkbox"/> Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – NUBCAB <input type="checkbox"/> Museus <input type="checkbox"/> Música e Cultura
<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input type="checkbox"/> Serviço de Assistência Jurídica – SAJU <input type="checkbox"/> Programa Fundação CASA
<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Informática na Educação <input type="checkbox"/> Programa de Ensino de Ciências para Educação Básica <input type="checkbox"/> Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
<input type="checkbox"/> Meio Ambiente	<input type="checkbox"/> Educação e Gerenciamento Ambiental
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Atenção em Terapia Ocupacional <input type="checkbox"/> Atenção em Fisioterapia <input type="checkbox"/> Atenção Farmacêutica <input type="checkbox"/> Universidade da 3ª Idade <input type="checkbox"/> Núcleo de Esportes e Recreação da Uniso <input type="checkbox"/> Programa Unisaúde <input type="checkbox"/> Atenção em Enfermagem
<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção	<input type="checkbox"/> Pólo tecnológico em tecnologia da informação <input type="checkbox"/> Inclusão Digital
<input type="checkbox"/> Trabalho	<input type="checkbox"/> Programa ADMINISTRAÇÃO Trabalho e Renda <input type="checkbox"/> Catares <input type="checkbox"/> Arquitetura Social <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Estética e Bem Estar



## APÊNDICE A – PROJETO CICLO DE PALESTRAS NA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de Execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº de Beneficiados</b>
Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação	2008	Uniso	Funcionar como elemento de disseminação da qualidade e abrangência dos cursos da área de informática perante a comunidade estudantil e empresarial de Sorocaba e região.	O projeto visa estabelecer, instrumentalizar e divulgar a Uniso como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença de profissionais de empresas da área de informática, grandes usuários, instituições de ensino e pesquisa para realizar apresentações junto aos alunos e comunidade. Visa com isso expor diferentes visões e linhas tecnológicas existente na área. O projeto se desenvolve em dois momentos: um específico e concentrado, dentro da Se mana de informática, e outro conjunto que se desenrola ao longo do ano todo.	Convite e organização dos eventos relacionados	Jovens concluintes do ensino médio e empresários	381

## APÊNDICE B – PROJETO MULTILETRAMENTOS

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de Execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº dos Beneficiados</b>
Multiletramentos	2009	Uniso - Laboratório de Informática	Nossas propostas para o Letramento Digital dos participantes do Amigos da Uniso, justificam-se por que possibilitam somar a experiência e o conhecimento acumulado da Uniso e do CET, no trato das questões relativas à inclusão social, onde o computador conectado à internet é visto como meio e não como fim em si mesmo.	O objetivo geral do curso Multiletramentos é desenvolver as habilidades de comunicação por meio das linguagens audiovisuais.	O multiletramentos tem como proposta a promoção de múltiplos letramentos dos alunos participantes do Amigos da Uniso. Essa proposta será realizada através de aulas teóricas e práticas, nos laboratórios da Uniso, campus Trujillo, aos sábados.	Cinquenta jovens de idade entre 10 e 15 anos, vindos das comunidades periféricas de Sorocaba.	25

### APÊNDICE C – PROJETO UNIVERSIDADE DO TRABALHADOR (UNIT)

Título do Projeto	Ano de Execução	Local de Execução	Justificativa(s)	Objetivo(s)	Metodologia(s)	Perfil dos Beneficiados	Nº dos Beneficiados
Projeto Universidade do Trabalhador - Unit	2008	Uniso – Laboratório de Informática	A evolução dos métodos de trabalho provocados computação e a vinda de empresas de alta tecnologia para Sorocaba, cada vez mais tem exigido que os cidadãos em idade produtiva estejam preparados não apenas em seu campo de atuação, mas também com conhecimentos em informática. O panorama atual do mercado de trabalho de Sorocaba exige não apenas conhecimentos básicos, mas um a boa formação, principalmente em Sistema Operacional, Planilhas e Processadores de Texto.	Oferecer cursos de informática que não apenas instrumentalizem o cidadão, mas que também permita uma boa revisão de conteúdos oferecidos no primeiro e segundo grau, no que tange a matemática e português associados aos conhecimentos de Planilha Eletrônica e Processador de Textos.	Ensino em laboratórios de informática (40 alunos por vez) e 2 instrutores por laboratório. Sendo que um deles apresenta os conceitos e o outro atua no auxílio aluno por aluno	Jovens e adultos, desempregados ou em busca do primeiro emprego	171

## APÊNDICE D – PROJETO ESCOLA DE COMPUTAÇÃO DA UNISO

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de Execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº de Beneficiados</b>
Escola de computação da Uniso	2008	Uniso	Funcionar como elemento de disseminação da qualidade e abrangência dos cursos da área de informática perante a comunidade de Sorocaba e região.	O projeto visa estabelecer, instrumentalizar e divulgar a Uniso como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença no campus da Uniso de alunos em potencial dos cursos da área de computação, assim como de elementos formadores de opinião junto a estes potenciais alunos. O projeto se desenvolve em dois momentos: um específico e concentrado, dentro da Semana de Informática, e outro conjunto que se desenrola ao longo de todo o ano.	Fornecimento de cursos gratuitos para alunos das escolas públicas e privadas, além de instituições e assistências.	Alunos em potencial dos cursos da área de computação	131

## APÊNDICE E – PROJETO INFORMÁTICA PARA COOPERADOS DA CATARES (COOPERATIVA DE RECICLAGEM)

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de Execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº dos Beneficiados</b>
Informática para cooperados da Catares	2009	Uniso – Laboratório de Informática	Neste projeto estaremos oferecendo para estes jovens, além de cursos de informática e inclusão digital, palestras e cursos relacionados a preparação para o primeiro emprego. Com isso espera-se facilitar o desenvolvimento destes jovens e ao mesmo tempo proporcionar estímulos para que os cooperados e seus familiares possam fortalecer as suas estruturas familiares e sua cidadania.	Objetivo geral: promover a inclusão digital dos cooperados da cooperativa catares e seus familiares. Objetivo específico: - Desenvolver habilidades para que os cooperados possam participar de maneira mais efetiva nas rotinas operacionais e administrativa da cooperativa que exigem o uso do computador. - Promover capacitação para que os familiares dos cooperados possam ter mais facilidade para se colocarem no mercado formal de trabalho - Preparar mais jovens para a obtenção do primeiro emprego - Em parceria com a instituição Meta-Reciclagem oferecer como presente um computador para cada cooperado que participar integralmente e receber certificado de participação nos cursos de inclusão digital.	A metodologia será de ensino e aprendizagem através da utilização de laboratórios de informática do campus Trujillo. Um professor fará a coordenação didática do projeto auxiliando na seleção, preparação e acompanhamento do aluno bolsista que ficará encarregado de ministrar os cursos.	Normalmente são pessoas carentes, com baixo nível de instrução que apresentam dificuldades de se colocar no mercado formal de trabalho e que encontram nas atividades de coleta e reciclagem do lixo um meio de geração de renda e de subsistência pessoal e familiar. Em muitos casos apresentam problemas familiares e sociais graves relacionados a violência domésticas, alcoolismo, doenças, etc..	Atualmente a cooperativa conta com aproximadamente quinze cooperados. Considerando o envolvimento dos seus familiares diretos espera-se beneficiar aproximadamente 40 pessoas com este projeto.

## APÊNDICE F – PROJETO ASAS

Título do Projeto	Ano de Execução	Local de Execução	Justificativa(s)	Objetivo(s)	Metodologia(s)	Perfil dos Beneficiados	Nº de Beneficiados
Asas	2008	GPACI	<p>O projeto Asas busca proporcionar o acompanhamento educacional às crianças e adolescentes hospitalizados. Através de atividades lúdicas-educativas, visa garantir um direito já conquistado, pois independentemente do período de permanência na instituição hospitalar, os aprendizes tem necessidades e direitos de cidadania, onde se inclui a escolarização. Diante dos mais diversos recursos produzidos na universidade e do grande número de crianças e adolescente que</p>	<p>Possibilitar o acompanhamento pedagógico que se expressa como direito á aprendizagem e a escolarização de crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados ou em tratamento. Contribuir para a qualidade de vida de crianças e do adolescente com dificuldades de aprendizagem á medida que as atividades educacionais busquem o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos pacientes contribuindo nas reflexões sobre a necessidade de atividades recreativas – educacionais em ambiente hospitalar.</p>	<p>Desenvolver (presencialmente) no Hospital Sana Rolim Caracante atividades educativas e recreativas impressas (grafismo) e digitais com sites e CDs educacionais. Propiciar oficinas de desenho e serigrafia com as crianças e adolescentes, e transformação dessas criações em cartões, etc. pelos alunos do curso de designer gráfico, propiciando assim, iteração entre os universitários e os aprendizes em tratamento hospitalar. Envolver alunos voluntários para atividades de confecção dos cartões de Natal.</p>	Crianças com idade 6 a 12 anos, que faziam tratamento no Hospital	104

			apresentam dificuldades educacionais relacionadas ao fator saúde, é possível contribuir para o desenvolvimento escolar com atividades específicas e inovadoras, às crianças e jovens hospitalizados, buscando interação social, preservando sua integridade física e emocional, respeitando seus limites dentro do quadro clínico, oferecendo estímulos que melhorem sua qualidade de vida.				
--	--	--	---	--	--	--	--

## APÊNDICE G – PROJETO VOZES QUE ECOAM

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de Execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº de Beneficiados</b>
Projeto vozes que ecoam	2008	Unidades do Sabe Tudo	Não há dúvida de que vivemos cada vez mais numa sociedade conectada pelas redes de comunicação e de informação. Diferentes linguagens em diversos canais, televisão, rádio, internet, entre outro, bombardeiam os indivíduos de uma maneira quase indefensável. Textos orais, escritos, visuais convergindo em linguagens híbridas exploradas em novos suportes, fazem da comunicação de massa, compreendida.	Propor atividades que levem os participantes de projeto Vozes que Ecoam ao domínio das tecnologias e da linguagem multimodal para que produzam textos e possam também ler criticamente textos multimodais. Nesse sentido, pretendemos que os jovens passem a ser sujeitos de suas ações e de seu futuro, produzindo também seus próprios textos, revelando-se a si mesmos e suas comunidades	Cursos e atividades	Os participantes do projeto Vozes que Ecoam são quase que exclusivamente, alunos das escolas públicas municipais e estaduais (ensino fundamental e médio), embora haja também pais e mães inscritos no projeto. Sendo comunidades periféricas, a maioria dos participantes é de família de baixa renda que utilizam unidades do Sabe – Tudo justamente para terem acesso á internet, uma vez que, a maioria não possui computador em casa	300



**APÊNDICE H – PROJETO FUNDAÇÃO C.A.S.A. (F.E.B.E.M.)**

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de Execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº de Beneficiados</b>
Fundação C.A.S.A. – Cursos	2008	Fundação C.A.S.A.	O projeto prevê profissionalização dos jovens internos, dando-lhes condições de geração de renda quando estiverem em liberdade. Visto que a Educação deve ser assegurada a todos e sendo o indivíduo livre ou estando impossibilitado de ir à busca do conhecimento, é seu direito como cidadão tê-la ao seu alcance.	Este programa de educação e profissionalizante, quer reduzir reincidência criminal e promover geração de renda aos jovens internos da Fundação C.A.S.A. quando deixarem o sistema prisional.	As atividades desenvolvidas presencialmente utilizando laboratórios de informática, hotelaria e toda a infraestrutura da Uniso.	Adolescentes com idades entre 12 e 18 anos, que cumprem medida socioeducativa	75

## APÊNDICE I – PROJETO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

<b>Título do Projeto</b>	<b>Ano de execução</b>	<b>Local de Execução</b>	<b>Justificativa(s)</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia(s)</b>	<b>Perfil dos Beneficiados</b>	<b>Nº de Beneficiados</b>
Desenvolvimento de projetos	2008	Uniso	Oferecer a comunidade externa e interna que necessitem de apoio pra o desenvolvimento e implantação de aplicações baseados em sistemas computacionais.	O projeto visa estabelecer, instrumentalizar e divulgar a Uniso como principal centro da área de informática da região de Sorocaba possibilitando a presença da área computacional da Uniso nos mais diversos setores da comunidade.	Estabelecer relacionamento com instituições diretamente ou por intermédio de alunos que necessitem de apoio na área de informática.	Comunidade	120

